

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**HUGO CHÁVEZ E A VENEZUELA:
A morte do presidente em El Universal e O Globo**

JULIANA GAGLIARDI DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**HUGO CHÁVEZ E A VENEZUELA:
A morte do presidente em El Universal e O Globo**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

JULIANA GAGLIARDI DE ARAUJO

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Hugo Chávez e a Venezuela: a morte do presidente em El Universal e O Globo**, elaborada por Juliana Gagliardi de Araujo.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Suzy dos Santos
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia- UFBA
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Afonso de Albuquerque
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Estudos de Mídia – UFF

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAUJO, Juliana Gagliardi de.

Hugo Chávez e a Venezuela: a morte do presidente em El
Universal e O Globo. Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO.

ARAUJO, Juliana Gagliardi de. **Hugo Chávez e a Venezuela: a morte do presidente em El Universal e O Globo**. Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

A proposta deste trabalho é descrever e analisar de que formas dois jornais – o venezuelano El Universal e o brasileiro O Globo – reportam um mesmo evento: o falecimento do presidente venezuelano Hugo Chávez. Para isso foram consideradas as matérias publicadas por ambos os jornais em seus respectivos sites nos dias 5 e 6 de março de 2013. A análise empírica é precedida pela contextualização histórica da Venezuela e pela discussão acerca do lugar que a América Latina tem assumido nos estudos de comunicação. O objetivo é explorar como se posicionam os jornais com relação à política analisados em perspectiva e, assim, conferir subsídios para pesquisas futuras.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze how two newspapers – Venezuelan's El Universal and the Brazilian O Globo - report the same event: the death of Venezuelan president Hugo Chávez. For this the articles published by both newspapers in their respective homepages on 5 and 6 March 2013 were considered. The empirical analysis is preceded by the historical context of Venezuela and the debate about the place that Latin America has assumed in communication studies. The aim is to explore how newspapers positioned itself with respect to politics when analysed in perspective, and thus give suggestions for future research.

SUMÁRIO

1. Introdução _____	02
2. A Venezuela e a América Latina _____	05
3. A Venezuela com Chávez _____	21
3.1. Chávez e os meios _____	22
3.2. Polarização dos estudo de mídia e política na Venezuela _____	28
4. El Universal e O Globo na cobertura da morte de Hugo Chávez _____	31
4.1. Editoriais _____	32
4.2. Editorias _____	35
5. Conclusão _____	45
6. Bibliografia _____	48

1. INTRODUÇÃO

O “fenômeno Chávez” foi um marco não apenas na história da Venezuela, mas na história da América Latina. De certa forma, atribuiu àquele país um espaço relevante na agenda internacional da mídia desde o início do século XXI, que não tinha as mesmas proporções até então. Trouxe de volta para o centro das atenções as questões da integração latino-americana, da relação dos países da América Latina com os Estados Unidos e seus desafios, dando novos contornos para as discussões sobre autonomia/neocolonialismo, políticas sociais e nacionalizações.

De outro lado, a era Chávez não criou, mas ressaltou antigos conflitos estruturados historicamente, entre os quais se destaca uma relação publicamente tensa entre grandes meios de comunicação privados e o governo, característica não só da Venezuela mas de vários outros países latino-americanos nos quais também tem emergido recentemente.

Essa relação tem sido naturalizada no espaço público da mídia, no senso comum e, surpreendentemente, mesmo em alguns estudos acadêmicos. Rotulá-la e defini-la previamente, como se tivesse surgido agora, tornou-se mais frequente do que a preocupação com a investigação de sua história.

Pelas razões acima mencionadas, Hugo Chávez se tornou um ator político-chave quando se pensa em América Latina hoje e quando se fala em mídia nesse lugar. A proposta deste trabalho é descrever como dois jornais – o venezuelano *El Universal* e *O Globo* – cobriram, nos dias 5 e 6 de março de 2013, a morte de Hugo Chávez ocorrida no dia 5. Ambos jornais são conhecidos por fazerem oposição ao chavismo venezuelano. Portanto, definir se os jornais são ou não neutros ou se são ou não de oposição não é o fim deste trabalho. A pesquisa visa entender a forma pela qual cada jornal se posiciona ao relatar o caso específico da morte de Chávez.

O objetivo desta proposta é produzir uma investigação que contribua para aprofundar as discussões sobre o contexto histórico da Venezuela e a compreensão sobre como se posicionam dois jornais impressos, de diferentes países, quando observados em perspectiva. Deve-se destacar que os contextos desses dois países são completamente diferentes e, portanto, não se pretende que ambos os objetos ocupem os mesmos lugares em suas realidades. Nesse

sentido, um estudo comparativo não se concebe como a análise de dois estágios ou de dois recortes de uma mesma coisa.

Para produzir este trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica presente nos dois primeiros capítulos. O terceiro capítulo foi construído a partir da análise das matérias dos dois jornais publicadas em suas *home pages* nos dias 5 e 6 de março deste ano, no âmbito da cobertura do falecimento de Chávez.

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização histórica e apresentará um breve panorama histórico da Venezuela (em alguns momentos em relação ao Brasil) no século XX. O objetivo é apresentar os cenários políticos e sociais e o caminho que abriu espaço para os processos de democratização e de longa busca por estabilidade política.

Nesse cenário, uma sucessão de governos militares e instabilidade política, a importância do petróleo economicamente, desde o início do século XX, e o estabelecimento do Pacto de Punto Fijo que fundou a “democracia pactada” no qual havia o revezamento no poder de apenas dois partidos principais são todos pontos fundamentais para que se possa desenhar o trajeto do país no século passado e para entender que muitos dos problemas que o atingem na atualidade são construídos historicamente, guardando laços de dependência com escolhas feitas no passado. O Caracazo, em 1989, desponta como ponto crítico do contexto nacional produzido desde o pacto, na década de 1950, mostrando a sua falência. Nesse sentido, a eleição de Hugo Chávez, no final dos anos 1990, marca o fim do Pacto de Punto Fijo e da supremacia bipartidária.

A partir de Chávez, a eleição de outros governantes com perfil, grosso modo, semelhante, no que tange a política social, na América Latina e a aliança que eles passam a compor com o tempo, torna relevante discutir o lugar dessa nova América Latina e a construção de uma agenda política sobre ela nos estudos contemporâneos de comunicação e de política.

O segundo capítulo descreve a chegada de Chávez ao poder e seu afastamento dos EUA e da mídia privada Venezuelana. São pontuados alguns eventos políticos considerados especiais, como a aprovação de uma nova constituição, a tentativa de golpe de 2002, a não-renovação da concessão da RCTV e a Lei Resorte, com o propósito de analisar as relações entre jornalismo e política na Venezuela. Neste capítulo também coube uma tentativa – no

entanto, limitada de início por dificuldades práticas: a escassez de fontes – visitar a história do jornal El Universal.

Em um segundo momento, é discutida a polarização dos estudos sobre mídia e política na Venezuela, a partir de autores atuais destacados nesse campo, entre outros Jairo Lugo-Ocando e Andrés Cañizalez.

No terceiro capítulo é descrita a análise empírica das 131 matérias dos jornais El Universal e O Globo publicadas em seus sites entre 5 e 6 de março de 2013 a partir da morte de Chávez. Essa parte do trabalho tem o objetivo de descrever como ambos os jornais se comportam diante desse mesmo evento, mesmo sendo duas empresas distintas, de países e histórias distintas. A estrutura na qual o tema é repartido se aproxima nos dois jornais, indicando coincidências na suas agendas políticas. O tom empregado, contudo, varia em El Universal e em O Globo, embora seu posicionamento político se aproxime, como já se sabia desde o início. Pretende-se que a análise das matérias possa oferecer subsídios e embasamento prático para pesquisas futuras, que devem ser mais amplas e profundas acerca do jornalismo e dos veículos impressos na Venezuela e do papel que desempenham ou que requerem desempenhar nacional e internacionalmente.

2. A VENEZUELA E A AMÉRICA LATINA

A Venezuela foi um dos primeiros países da América do Sul a se tornar independente da dominação espanhola, em 1811.¹ Desde então, o país foi marcado por presidentes militares. No início do século XX, quando houve a descoberta e o início da exploração do petróleo, também se iniciou uma longa ditadura, em 1908. Após o golpe, que levou o general Juan Vicente Gómez ao poder, com o respaldo dos Estados Unidos, o novo presidente utilizou as companhias de petróleo para manter a estabilidade do seu governo por quase três décadas – a receita que tinha disponível cresceu rapidamente em resposta à acomodação de companhias com concessões baratas e, com esses recursos, Gómez pôde equipar o seu aparato repressivo e garantir uma burocracia estatal leal (KARL, 1987, p. 67). A partir daí o petróleo já seria a base fundamental da economia venezuelana com grande impacto na política.

Depois de um período de instabilidade, no qual houve uma presidência interina, eleições diretas, eleições indiretas e o golpe de Rómulo Betancourt,² teve início outra ditadura, do general Marcos Pérez Jiménez, que durou uma década (1948-1958). Quando Pérez Jiménez foi destituído foi selado o Pacto de Punto Fijo, que garantiu a Venezuela, no período subsequente, a estabilidade política (KARL, 1987) que outros países latino-americanos não tiveram no mesmo período.

Firmado pelos três maiores partidos da Venezuela à época - Acción Democrática (AD), Partido Social Cristiano Copei (COPEI) e Unión Republicana Democrática (URD) – o pacto previa a “defesa da constitucionalidade e o direito a governar conforme o resultado eleitoral”, reforçando que qualquer “intervenção da Força contra as autoridades surgidas das votações [era um] delito contra a Pátria” (PACTO DE PUNTO FIJO, p. 239, tradução minha). O documento caracterizou a partir de então a Venezuela como uma “democracia pactada” e significou o estabelecimento de “regras” do jogo para a competição entre elites que, se por um lado possibilitaram um grau de estabilidade e previsibilidade que antes não havia – estabelecendo em um contexto de transição um ambiente favorável em direção à democratização, por outro lado, partir da negociação entre interesses dominantes de determinados grupos poderia institucionalizar um viés conservador na política nacional

¹ Independência proclamada em 1810 e formalizada, por documento, em 1811.

² Betancourt chegou ao poder a partir de um golpe que derrubou o presidente Isaias Medina Angarita, em 1945.

(KARL, 1987). O primeiro presidente eleito diretamente após a assinatura do pacto foi o político Rómulo Betancourt, o mesmo que havia chegado ao poder em 1945 após um golpe de estado. Outros dois signatários do Pacto, ambos advogados, foram presidentes do país em seguida.³

A “democracia pactada” venezuelana possibilitou avanços, nos anos seguintes, com o controle crescente da indústria petrolífera e investimentos significativos no país (LANDER, 2007). Ainda em 1957, Celso Furtado se referia a ela como “a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto per capita” existente no mundo na época, com uma renda nacional “comparável à renda de países altamente desenvolvidos como a Alemanha Ocidental, e superior em mais do dobro à média da América Latina” (FURTADO, 2008, p. 35). Para Celso Furtado, a Venezuela se caracterizava por uma “realidade histórica *sui generis*”, uma vez que, em geral,

estuda-se o processo de acumulação para compreender o crescimento da renda e a diversificação do fluxo de bens finais. Na Venezuela nos confrontamos com uma situação quase diametralmente oposta: um fluxo de bens finais em rápida expansão e diversificação constitui o motor das transformações econômicas no nível da produção e da acumulação (FURTADO, 2008, p. 119).

O petróleo foi o produto a partir do qual a Venezuela se inseriu no mercado global. A abundância de *petrodollars*⁴ que resultou daí permitiu a contínua expansão da capacidade de importação do país, que, segundo Karl, experimentou a taxa mais rápida de urbanização da América Latina (p. 69). Em meados da década de 1980, o país chegou a ser considerado a “Suíça da América Latina”, posto já antes ocupado por Chile e Uruguai (KARL, 1987, p. 63). No entanto, se o petróleo trouxe tanta riqueza para a Venezuela, por outro lado, essa riqueza não impediu a estruturação de um contexto ambíguo no país, ao qual Celso Furtado intitulou “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (FURTADO, 2008).

Assim, apesar da abundância de recursos financeiros, a Venezuela teve, historicamente, um alto nível de concentração de renda e já possuía uma alta taxa de desemprego na década de 1970. Além disso, o petróleo acabou contribuindo para a estagnação da agricultura no país. Conforme Karl, “taxas de câmbio sobrevalorizadas induzidas pelo óleo destruíram a

³ Raul Leoni, da Acción Democrática, entre 1964 e 1969, e Rafael Caldera, do COPEI, em dois mandatos: de 1969 a 1974 e de 1994 a 1999.

⁴ O termo *petrodollar* foi cunhado por Ibrahim Oweiss, economista da Universidade de Georgetown, em 1973, ao se referir aos dólares pagos a países exportadores de petróleo pelo produto.

competitividade internacional de café e outros gêneros de exportação tradicionais, enquanto a alta capacidade de importação do país para os gêneros alimentícios prejudicou o mercado interno para os produtos agrícolas” (p. 68). A industrialização, por sua vez, foi retardada pelos resultados do petróleo – a industrialização pela substituição de importações não começou na Venezuela antes do fim da segunda Guerra Mundial. Especialmente em meados da década de 1950, com o fechamento do Canal de Suez, a crise de 1954 no Irã e o aumento da demanda por petróleo, a Venezuela “experimentou um *boom* econômico fenomenal que, literalmente forçou o país em direção à industrialização” (KARL, 1987, p. 71).

Celso Furtado (2008), escrevendo sobre a situação venezuelana em 1974, via no avanço da produtividade do setor industrial a chave para a superação do subdesenvolvimento. Esse avanço permitiria subsidiar o setor agrícola a partir do setor industrial em vez de fazê-lo utilizando um recurso não-renovável. Na época o economista expressava o seu otimismo quanto à possibilidade de a Venezuela se tornar um país desenvolvido nos 20 anos seguintes se adotasse uma série de medidas com relação à indústria, à agricultura e à homogeneização social, o que não se concretizou.

No campo da política, dos três partidos que assinaram o Pacto de Punto Fijo em 1958, COPEI e AD foram os dominantes na segunda metade do século XX, o que tornou o sistema partidário um dos mais estáveis da América Latina (HILLMAN & D’AGOSTINO, 2000). É necessário ressaltar que essa estabilidade não é necessariamente positiva. Para Hillman e D’Agostino, a AD e o COPEI vinham dominando as eleições e assegurando os interesses dos grupos das elites, “enquanto as massas [vinham sendo] cooptadas através da patronagem e do clientelismo” (p. 57).

Diferentemente da Venezuela, o Brasil só se tornou independente em 1889, portanto no final e não no início do século XIX. Embora os dois primeiros presidentes da República brasileira tenham sido militares, essa característica não predominou ao longo da história, como aconteceu na Venezuela. Na ex-colônia portuguesa o petróleo só foi descoberto sistematicamente em meados do século XX, de forma que, a despeito da importância que assumiria na segunda metade do século a Petrobras, o produto não teve anteriormente o mesmo papel que teve na história da Venezuela. Ao contrário do que ocorreu lá, onde a agricultura entrou em declínio também em razão das divisas possibilitadas pelo petróleo, o Brasil foi, desde cedo, agroexportador, tendo atingido o patamar de “um dos grandes

produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais” (PRADO JR., 1984, p. 210). A concentração da produção em poucos gêneros exportáveis, conforme Caio Prado Jr., teve como consequência um sistema frágil e vulnerável, que enfrentou crises quando houve o declínio das atividades ligadas ao café, à borracha e ao cacau, por exemplo. A política do Café com Leite garantiu durante as três primeiras décadas da primeira República a alternância das oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais na presidência, caracterizando um pacto entre as elites, tal qual aconteceria na Venezuela após Punto Fijo. Mas essa política teve fim com a Revolução de 1930 que instaurou o longo governo de Getúlio Vargas que adquiriu características ditatoriais, especialmente após 1937 com o início do Estado Novo.

Com relação à industrialização, Brasil e Venezuela seguiram caminhos diferentes. O Brasil deu início ao processo de substituição de importações a partir dos anos 1930, quando se observou o fenômeno do rápido crescimento e da diversificação da indústria, marcando profunda mudança de um regime tradicionalmente agrário-exportador para um país que buscava o desenvolvimento industrial capaz de suprir o seu mercado interno pela substituição de importações (CORRÊA, 2008). Essa substituição, contudo, não deve ser entendida como um reflexo unicamente da conjuntura internacional atingida pelos efeitos da crise iniciada com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. O processo de substituição de importações é mais complexo do que isso, tendo como um regulador fundamental o crescimento urbano e industrial brasileiro, materializado, por exemplo, na disponibilidade de mão de obra capacitada a ser empregada na indústria. No entanto, esse modelo que tomou lugar a partir de 1930 foi caracterizado como de *industrialização restringida* (MELLO, 1982) por estar ainda baseado na necessidade de deslocar capital da atividade exportadora de gêneros primários para o setor industrial.

Também a partir da Revolução de 1930, teve início um processo de transformação da sociedade brasileira que ficaria conhecido como populismo, posteriormente, nos anos 1950, quando houve as primeiras formulações desse conceito. O populismo brasileiro, cujo primeiro representante foi Getúlio Vargas, pode ser entendido como um estilo de governo e como uma política de massas e constituiu-se na expressão de um período de crise da oligarquia e do liberalismo que caracterizaram a Primeira República (WEFFORT, 1979). Para Weffort, falando sobre o aparecimento do que ficou conhecido como populismo, merece referência, em primeiro lugar, a decadência das oligarquias como fator de poder, embora essa derrota não

tenha significado uma alteração relevante do controle que esses grupos detinham sobre alguns setores básicos da economia brasileira. A oposição da Aliança Liberal, que desencadeou a revolução, foi expressão de alguns grupos urbanos de classe média e de alguns setores agrários que tinham posições divergentes quanto ao processo político oligárquico em curso. Nasceu, portanto, da cisão da minoria dominante e, nesse movimento, as classes médias foram uma importante força de pressão no sentido da derrubada das oligarquias. Imediatamente após a revolução, nenhum dos distintos grupos que participaram do movimento tinham “condições para oferecer as bases de legitimidade do novo Estado, pra apresentar seus próprios interesses particulares como expressão dos interesses gerais da Nação” (WEFFORT, 1979, p. 61).

O autor prossegue o seu argumento ressaltando a heterogeneidade interna das classes sociais no país⁵ – como em outros países da América Latina – e afirmando que algo que diferenciava a nova estrutura política da anterior era, portanto, o fato de não refletir os interesses de uma única classe como no regime oligárquico que vigorava até então, o que explica como nesse novo contexto o governante assume a posição de *árbitro*, o que está na gênese do fortalecimento de seu poder pessoal.

Contudo, o aspecto mais importante analisado por Weffort (1979), também revisitado e reforçado por Gomes (2001) e Ferreira (2001), tem a ver com a nova relação entre o presidente e as classes populares e o papel dessas nesse movimento que culminou no que foi chamado de populismo.

O populismo foi sem dúvida manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes (WEFFORT, 1979, p. 51).

Nesse sentido, Getúlio Vargas investiu, de certa forma, em uma política de incorporação de massas populares inaugurada com a legislação trabalhista, em contraste com o período oligárquico da Primeira República em que era real a sua exclusão do processo político. Sua inserção, portanto, se dá “de cima para baixo” e de forma “tutelada”. No entanto,

⁵ “É duvidoso que se possa, sem maior exame, aplicar às relações entre as classes no Brasil – como de resto em qualquer outro país dependente e periférico da América Latina – os esquemas interpretativos vindos da tradição européia do Século XIX” (Weffort, 1979, p. 65).

Weffort ressalta a necessidade de se relativizar as noções de manipulação e de passividade para se entender a significação real dessa dinâmica do populismo, propondo, como um conceito mais adequado, pensar essa relação nos termos de uma “*aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais*” (Weffort, 1979, p.70, grifos originais).

Um segundo momento importante no processo de diferenciação do padrão de produção no Brasil, após os anos 1930, foi a segunda metade da década de 1950, quando houve a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis no país. Na segunda metade dessa década, quando a Venezuela começou a ser empurrada em direção à industrialização graças ao *boom* do petróleo, o Brasil vivia o furor desenvolvimentista dos “Anos Dourados” expresso no lema do Plano de Metas - “50 anos em cinco” -, do presidente Juscelino Kubitschek, que priorizava os avanços em cinco setores da economia, especialmente energia, transportes e indústria de base, que, para serem desenvolvidos, demandavam a penetração maciça do capital estrangeiro.

Ainda nesse breve período democrático pós-era Vargas (1945-1964), houve alternância dos partidos no poder – Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP), Partido Trabalhista Nacional (PTN) – até 1964, quando teve início a ditadura militar que durou 21 anos. Nesse período não houve eleições diretas para o Executivo e os partidos políticos foram suprimidos, passando a vigorar, em 1965, o bipartidarismo, a partir do Ato Institucional nº 2: um partido de apoio ao regime – a Aliança Renovadora Nacional (Arena) – ao qual foram filiados todos os presidentes militares da época, e um partido de oposição consentida – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). ARENA e MDB foram, no entanto, cada vez mais desacreditados. O primeiro porque era visto como mero títere do regime e o segundo por ser considerado impotente diante dos governos autoritários. O pluripartidarismo retornaria em 1979, mas o regime militar só se encerrou em 1985. Na década de 1980 o Brasil vivia um período de transição política, o que também aconteceu em outros países latino-americanos que viveram, em períodos próximos, ditaduras. Argentina (1976-1983), Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1987) e Bolívia (1971-1978)⁶ passavam pelo que seriam longas (e incompletas) transições políticas, freadas ora pelo receio de regressões autoritárias e pela subsistência de atores autoritários

⁶ Há ainda o caso do Peru, que no período de criação do GDA ingressava no que seria uma década de governo autoritário de Alberto Fujimori (1990-2000).

possuindo o controle de recursos de poder, ora pela indiferença quanto ao regime em vigor, pelas consequências da crise econômica ou das desigualdades intensificadas pelo regime autoritário anterior (O'DONNELL, 1988).

A democracia pactada venezuelana, entre os anos 1980 e 1990, começou a dar sinais de esgotamento e de que já não era mais suficiente para suprir os anseios de outros setores da população. Esses sinais de esgotamento irromperam concomitantemente à adoção de medidas neoliberais na Venezuela, que “aprofundaram as desigualdades e a exclusão e acentuaram a perda de legitimidade do sistema político”, além de resultarem em privatizações e na deterioração da ação do estado em educação, saúde e segurança social (LANDER, 2007, p. 68).⁷ Uma das expressões mais destacadas da crise que se forjou a partir da falta de legitimidade do sistema político foi o Caracazo, em 1989.

Entre os dias 25 e 26 de fevereiro de 1989 houve um aumento de 100% no preço do petróleo, de acordo com o programa de ajustes macroeconômicos (conhecido como o “pacote neoliberal”) anunciado pelo governo Carlos Andrés Perez no dia 16 de fevereiro. A informação publicada na imprensa trazia à luz a decisão do Ministério dos Transportes de que o aumento nos transportes públicos seria de 30%. Contudo, conforme Maya (2003), no dia do aumento os preços cobrados excediam essa porcentagem, o que motivou o início de uma série de manifestações. A resposta aos protestos demorou para acontecer e veio na forma de uma pesada repressão que resultou em um número aproximado de 400 mortos, predominantemente pertencentes às classes mais pobres, o que demonstrou a incapacidade das instituições públicas de lidar com a situação (MAYA, 2003).

O Caracazo foi uma das primeiras manifestações de uma crise que também atingiria, de forma semelhante, outros países da América Latina. Muitos desses países passaram pela intensificação, especialmente na década de 1990, da implementação de políticas neoliberais. Além da Venezuela, foram também os casos de Argentina, Brasil, Chile, México, Colômbia, Peru e Bolívia, países inseridos no plano do “Consenso de Washington”, como ficaram conhecidas posteriormente as formuladas em 1989 por economistas de Washington. Esse plano consistia na adoção de certas medidas como condição básica para a renegociação das dívidas externas dos países envolvidos, entre as quais a mudança de prioridades nos gastos

⁷ Tradução minha.

públicos, a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e as taxas de juros positivas (BANDEIRA, 2002).

Pouco depois, na primeira década dos anos 2000, a ascensão de governos identificados com políticas mais à esquerda⁸ e eleitos diretamente – a começar por Hugo Chávez, na Venezuela, no pleito de 1998 - foi verificada em vários países da América Latina. Alguns desses governos foram reeleitos principalmente pelas camadas populares para segundos mandatos consecutivos, como foram os casos de Lula (2002 e 2006), Cristina Kirchner (2007 e 2011), Hugo Chávez (1998, 2000 e 2006), Evo Morales (2005 e 2009) e Rafael Correa (2006 e 2009). Dois deles passaram ainda por referendos (Chávez em 2004 e Morales em 2008) motivados por tensões políticas e tiveram seus nomes confirmados por voto popular para a permanência na presidência até o fim do exercício de seus mandatos.

Paralelamente a esse contexto, é possível identificar semelhanças no posicionamento político contemporâneo dos jornais da grande imprensa desses países. Com essa virada à esquerda que caracterizou parte dos governos da América Latina (CASTAÑEDA, 2006; SCHAMIS, 2006), a partir do final da década de 1990, tensões entre imprensa e governo têm sido especialmente ressaltadas com repercussão internacional não só como uma questão brasileira, mas da América Latina. Isso se deve, em grande parte, à necessidade de redefinição de papéis, consequente da emergência desses governos de esquerda que tem sido uma tendência nesse período. As organizações de imprensa nesses países são formadas por grupos das elites locais que tiveram, em geral, proximidade com o poder ao longo da história. Políticas que se aproximem ou que requeiram a justiça social de inspiração bolivariana, voltada para as classes populares e que têm provocado retorno por meio do voto geram, portanto, reações semelhantes desses veículos, que se chocam sintomaticamente (e historicamente) com políticas mais à esquerda, precisando renovar a sua capacidade de fazer oposição a governos agora democráticos. Nesse contexto, ressurgem o conceito subdefinido de populismo, cunhado cinco décadas antes, que passa a ser empregado, em geral, de forma pouco crítica pela mídia para se referir a esses governos. A inconsistência teórica que caracteriza sua presente utilização, contribui para que se transforme em uma etiqueta homogênea, que serve para tachar a América Latina também como um bloco homogêneo. Tem

⁸ Cabe ressaltar que a antiga classificação dicotômica entre direita e esquerda se tornou anacrônica e já não pode ser explicada como uma separação simples entre dois polos ideológicos claros e opostos.

sido deixado de lado, nesse sentido, o fato de que o populismo aconteceu de formas diferentes nos diferentes países em que existiu. Este trabalho não resolverá estas questões dada a sua fase ainda inicial.

Cabe ressaltar, por fim, que os casos da Venezuela e do Brasil são de dois contextos muito diferentes e um deles não é suficiente para explicar o outro. Considerando-se o posicionamento da mídia no momento atual, de oposição ao governo nos dois países, na Venezuela trata-se de lutas internas pela hegemonia, enquanto no Brasil, trata-se de um contexto de oposição ao governo petista de Lula e Dilma Rousseff. Da mesma forma, a ação do presidente Hugo Chávez com relação aos meios de comunicação, que tem desdobramentos práticos no que toca a legislação, por exemplo, como se verá mais no próximo capítulo, é distinta da ação de Lula e Dilma no Brasil, onde isso não tem ocorrido.

O lugar da América Latina e a construção de uma agenda política

Para além das semelhanças que aproximam os países dessa região e que permitem traçar um perfil da relação entre a imprensa e a política, é importante observar criticamente uma certa ideia de América Latina. Isso permite endossar as críticas recentes que têm sido feitas (SCHENDEL, 2002; SLOCUM & THOMAS, 2003) à regionalização acadêmica do mundo – obviamente sem deixar de lado as vantagens metodológicas que representam - desde o fim da segunda Guerra Mundial, chamada nas ciências sociais de estudos de área, “cujo ímpeto foi político e externo às áreas consideradas: emanou da América do Norte e da Europa” (SCHENDEL, 2002, p. 647). Ainda de acordo com Schendel, os estudos da área partem de uma metáfora geográfica para visualizar e naturalizar determinados espaços sociais, bem como uma escala particular de análise e, assim, produzem geografias específicas do saber, mas também criam geografias da ignorância. Nesse sentido, Slocum e Thomas, considerando o Caribe, evocam Sidney Mintz para dizer que uma série de características sociológicas, em vez de tradições culturais, tipifica e une aquela área (SLOCUM & THOMAS, 2003, p. 554). Este argumento pode servir como ponto de partida para entender a concepção da unidade em um ambiente de diferenças culturais e permite, portanto, refinar a análise da aproximação e da distinção entre os países da América Latina de forma crítica e tendo como origem veículos de comunicação.

Portanto, ainda será necessário no futuro, articular essas questões para que seja possível propor contribuições que possam delinear e problematizar a ideia de América Latina construída e reforçada pelos jornais em nível regional. O tema é relevante e se justifica pela carência de pesquisas consolidadas, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito regional, pela contribuição que oferece à compreensão da dinâmica política nacional e regional e pelo alto potencial de discussão e troca com a produção intelectual contemporânea, especificamente, no campo da comunicação.

Se alguns dos maiores jornais de países latino-americanos tiveram distintos posicionamentos semelhantes em outros períodos da história,⁹ nos anos mais recentes, tem sido uma característica presente em suas matérias o recorrente conflito com os chefes de governo. Isso pôde ser verificado na atuação de O Globo durante o governo Lula no Brasil, especialmente durante o seu segundo mandato, quando ora o presidente fazia críticas à atuação da imprensa,¹⁰ ora o jornal fazia críticas à relação do presidente com a imprensa.¹¹ Situação semelhante tem ocorrido na Argentina entre o La Nación e a presidente Cristina Kirchner. Um exemplo desse atrito aconteceu em 2010 com os conflitos ocorridos em torno da empresa Papel Prensa, única fabricante de papel de jornal no país, em que, além do governo argentino, os grupos de oposição Clarín e La Nación são acionistas. Cristina acusou os dois grupos de tentarem impor o monopólio ao dificultarem a venda de papel a jornais concorrentes e os acusou de terem comprado parte da empresa em 1976 numa transação forçada e a preço injusto, já que a ditadura perseguiu e prendeu o antigo dono da Papel Prensa e sua esposa. La Nación e Clarín, por outro lado, acusaram a presidente de tentar investir contra a liberdade de expressão na Argentina. O periódico venezuelano El Nacional, por sua vez, deixou explícito em suas matérias sua oposição ao governo Chávez. Um exemplo disso pode ser encontrado

⁹ Alguns desses grandes jornais são apontadas como suportes à eclosão de governos ditatoriais, como é o caso de O Globo, que estimulou o golpe militar de 1964, e do periódico chileno El Mercurio, que foi um defensor do golpe contra Salvador Allende em 1973. Posteriormente, seria apontado o posicionamento do jornal El Nacional no contexto da tentativa de golpe contra o presidente Hugo Chávez em 2002.

¹⁰ “Não vamos derrotar apenas nossos adversários tucanos. Vamos derrotar alguns jornais e revistas, que se comportam como se fossem um partido político e não tem coragem de dizer que são um partido político, que têm candidato e não têm coragem de dizer que têm candidato, que não são democratas e pensam que são democratas.” Palavras do então presidente Lula, em comício em Campinas (SP) no dia 18 de setembro de 2010. Reproduzido em O Globo, 19 de setembro de 2010, p.4.

¹¹ “Os ataques do presidente Lula à imprensa levaram cerca de mil pessoas, como o jurista Hélio Bicudo e o arcebispo emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, a assinar manifesto em defesa da democracia” (O Globo, 23 de setembro de 2010, p.1.) e “Manifesto critica ‘autoritarismo’ de Lula.” (O Globo, 23 de setembro de 2010, p.12.)

durante a tentativa de golpe de 2002, quando estampou em suas capas palavras de ordem antigovernista, conclamando seus leitores a participarem do golpe. No dia 10 de abril daquele ano, um editorial não-assinado chamava os leitores a tomarem as ruas¹² e, no dia seguinte, estampava em sua manchete: “A batalha final será no Miraflores”¹³.

Contudo, mais importante do que definir se um jornal é anti ou pró-governo – isso é o que, em geral, já se sabe –, pressupondo que ele deveria posicionar-se de uma determinada maneira, é compreender como diferentes veículos de alguma forma conectados atuam em direção à constituição de uma agenda comum sobre a política na América Latina. Essa agenda aponta para algumas questões que se referem, de forma comum, às relações entre a mídia (e a imprensa, em particular) e os chefes do Executivo.

Assim, uma dessas questões é que esses veículos julgam que os novos governos que tendem à esquerda são igualmente autoritários e, por isso, têm o plano de investir sistematicamente contra a liberdade de imprensa. Além disso, nota-se um esforço de construir esse problema como uma questão comum aos diferentes países, considerando-se que aconteça em cada um da mesma forma. Em segundo lugar, e em decorrência da primeira questão, esses jornais pressupõem que liberdade de expressão e liberdade de imprensa sejam rigorosamente a mesma coisa, enquanto, da mesma forma, regulação e censura seriam conceitos equivalentes. Dessa tensão entre imprensa e presidentes, emerge outra pressuposição que, embora também não declarada, pode ser notada em geral. Trata-se de um discurso que reforça que ser independente significa, necessariamente, ser de oposição, apropriando-se de um discurso de “neutralidade” que se define por ser neutro *em relação ao Executivo*, especificamente.

Entender como a imprensa caracteriza de maneira homogênea os governos da América Latina demanda olhar contemporaneamente as definições empregadas nos termos de um senso comum - como populismo, autoritarismo, hiperpresidencialismo, censura - e significa, em maior escala, muito além de concordar ou discordar dessa caracterização, analisar as disputas atuais em torno do conceito de democracia e do papel da imprensa nesse contexto. A ausência de estudos comparativos consistentes que abordem essa área do continente ainda é clara.

A partir da primeira década do século XXI, estudos comparativos no campo da comunicação têm emergido com maior frequência e com visibilidade internacional. Até então,

¹² “A tomar las calles”, El Nacional, 10/04/2002.

¹³ “La batalla final será en Miraflores”, El Nacional, 11/04/2002. Tradução minha.

Four theories of the press (Siebert, Peterson e Schramm), cuja primeira edição foi publicada em 1956, havia se mantido como obra de referência incontestada e fundadora do questionamento sobre o “modo de ser” da imprensa e sobre as razões que a levariam a se manifestar de formas distintas ou a desempenhar funções variadas em diferentes países. Duas décadas depois Blumler e Gurevitch (1975) propuseram quatro dimensões para a análise comparativa, mas destacaram a dificuldade metodológica que continuava existindo de definição dos aspectos que deveriam ser considerados na realização de estudos comparativos. Quase três décadas depois, em 2004, Daniel Hallin e Paolo Mancini publicaram uma nova proposta de três modelos de sistemas midiáticos que seriam, de um modo geral, básicos e nos quais se agrupariam as democracias capitalistas ocidentais contemporâneas. *Comparing media systems* se constituiu em um formato central de pesquisa de comunicação partindo de críticas às duas primeiras obras para uma análise, nos campos da economia, da política e da sociedade em suas interseções com os sistemas midiáticos, que considerava as histórias de cada um dos 18 países analisados, nenhum deles latino-americano.

Já no início dos anos 2000 e, em especial nos anos seguintes à publicação de *Comparing Media Systems*, ganharam visibilidade trabalhos locais que reforçaram as lacunas deixadas pelos três modelos propostos ao considerarem a mídia em países não incluídos nos “sistemas mais similares” do mundo ocidental e que tinham histórias muito diferentes em relação aos considerados por Hallin e Mancini. As discussões surgidas deram origem a um novo livro (HALLIN & MANCINI, 2012) editado pela dupla, cuja justificativa foi exatamente dar espaço para que aqueles que ficaram de fora dos três modelos propostos em 2004 pudessem criticá-los e sugerir novos caminhos a partir das particularidades de cada país não ocidental no que se referia aos sistemas midiáticos. O trabalho recém-publicado representa um esforço para ampliar e ressaltar os papéis dos sistemas midiáticos na realidade de países que seguem trajetórias e lógicas próprias, distintas das mais antigas democracias ocidentais do norte – os “sistemas mais similares”. Nele aparece o Brasil, ao lado dos casos de Israel, Polônia, Países Bálticos, África do Sul, Rússia e China, mas não se encerraram aí as discussões. Muitos países não foram incluídos no estudo, como a Índia e a maioria dos países da América do Sul, Ásia, África, Oceania e Oriente Médio e uma vez que os países abordados no projeto podem ser identificados como países centrais entre os periféricos.

Considerando especialmente o continente latino-americano, Richard Morse atribuiu os “defeitos” dos estudos de área latino-americanos ao fato de existir uma “alienação fundamental entre as duas Américas”. E ressaltou que o que chamava de alienação não era apenas um mal entendimento “que poderia ser remediado com um pouco mais de conhecimento e boa vontade”. Para ele, eram culturas com histórias e “trajetórias espirituais” não apenas diferentes, mas “diametricamente opostas” (MORSE, 1964, p. 107).

Assumindo, portanto, que os modelos predominantemente ocidentais do Norte não são suficientes para falar do Sul e enfocando a América Latina, região na qual o Brasil desponta por sua força econômica e política, busca-se investigar quais características particulares permitem entender a atuação da imprensa de forma comparativa na América Latina. Um diálogo se dará especialmente, neste caso, com o conceito de *paralelismo político* (HALLIN & MANCINI, 2004), uma das principais dimensões de acordo com as quais os sistemas midiáticos da Europa Ocidental e da América do Norte podem ser comparados entre si.

De acordo com a definição de Hallin e Mancini, o paralelismo político equivale ao grau e à natureza das conexões entre a mídia e os partidos ou, mais largamente, à amplitude com que os sistemas de mídia refletem as principais divisões políticas da sociedade (HALLIN & MANCINI, 2004, p. 21). Esse conceito foi, contudo, construído à luz da experiência de jornalismo que tomou lugar no final do século XIX, a partir da qual os jornalistas passaram a ser vistos como árbitros neutros, afastados de interesses ou causas particulares e fornecendo, portanto, informação e análises livres de partidarismo. Esse movimento foi, por sua vez, acompanhado pelo desenvolvimento de uma imprensa comercial e mais financiada pela publicidade do que pelos atores políticos.

Diante disso, destacam-se três problemas referentes à aplicação do conceito na América Latina. Em geral, os sistemas políticos dessa região são estruturados a partir de clivagens que não são estáveis e o posicionamento da mídia não é claro com relação a essas clivagens (ALBUQUERQUE, 2013). Além disso, as concepções de neutralidade e de independência carecem de definições e limites claros. Sobre este ponto, é válido ressaltar o que disse Porto (2012, p. 39), ao lembrar que a cobertura desequilibrada e tendenciosa de campanhas políticas tem sido identificada como uma característica comum da comunicação política na América Latina. Sobre as divisões não estáveis características, ressalta-se que na América Latina são comuns atualmente sistemas políticos competitivos em que os meios de comunicação e a

política se desenvolvem em um ambiente de relativa instabilidade institucional (ALBUQUERQUE, 2013).

Um dos caminhos possíveis pelo qual essa discussão pode ser iniciada passa pelo tipo de democracia que se desenvolveu em boa parte dos países latino-americanos desde as décadas de 1970 e 1980 e dialoga com o que Guillermo O'Donnell (1994) chamou de *democracia delegativa*. Esse tipo se diferencia das democracias representativas dos países capitalistas desenvolvidos por não ter alcançado um suficiente progresso institucional nem uma considerável eficácia governamental. Para O'Donnell a prestação de contas horizontal – ou seja, a existência de uma rede de poderes relativamente autônomos e outras instituições que podem questionar ou punir as formas incorretas de liberar algum funcionário de suas responsabilidades –, efetiva nas democracias institucionalizadas, é débil ou mesmo inexistente nas democracias delegativas. Nesses contextos, possivelmente em consequência da instabilidade institucional e política, a mídia se atribui mais incisivamente um papel político ativo e reivindica para si a função de árbitro das disputas políticas, pretendendo atuar, portanto, como uma instituição que demanda o papel de falar como representante de seus adeptos e em seu nome. De acordo com Albuquerque (2000, p. 23), tem havido, o Brasil, “um significativo avanço na constituição de uma identidade profissional jornalística baseada numa ética do serviço público”, embasada pela delimitação feita pela imprensa e para a imprensa de um espaço específico, que é o de “fornecer uma interpretação ‘independente’ da cena política, transcendente em relação às perspectivas particulares dos agentes políticos envolvidos”. A imprensa brasileira agiria, portanto, apelando uma função de “poder moderador”, exercendo o papel de um árbitro entre os poderes constituídos em busca do “bem-comum” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 53).

O conceito de democracia delegativa de O'Donnell permite, ainda, assumir a natureza diversa dos países latino-americanos. Um exemplo disso é o Uruguai, que, apesar de ter semelhanças em sua história em relação a outros países latino-americanos, é deixados de fora desse tipo de sistema político. Ainda conforme O'Donnell, o Uruguai – assim como o Chile, também excluído da democracia delegativa - não adotou pacotes econômicos na transição; ao contrário disso pôs em prática políticas econômicas que visavam o crescimento e o progresso e que foram em sua maioria negociados com o Congresso e outros interesses organizados. Isso foi possível, no caso desse país, porque assim que se restaurou a democracia, o Congresso

passou a funcionar de maneira eficaz, o que não aconteceu em outros países. Ainda que países da América Latina tenham contextos históricos com características próprias, grandes jornais desses países têm se posicionado como agentes políticos de formas semelhantes – por motivos diferentes e em contextos diferentes.

Uma porção considerável dos estudos que estão sendo produzidos atualmente sobre a América Latina têm abordado a tendência “virada à esquerda” [*left turn*] desde o final dos anos 1990 (SCHAMIS, 2006; CASTAÑEDA, 2006; LUGO-OCANDO, 2003, 2008 E 2011; SELIGSON, 2007; ARDITI, 2008; WAISBORD, 2012). Apesar da diversidade que existe nessa região, as reflexões continuam em muito se baseando na premissa de julgar esses países pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso em alcançar a democracia ocidental e reforça, de alguma forma, muitas das questões presentes na agenda política estabelecida pela própria mídia.

Nesse sentido, de modo geral, a bibliografia sobre a *left turn* latino-americana pode ser entendida a partir de dois vieses. Um primeiro grupo busca analisar a mídia e o seu papel na dinâmica política de cada um desses países (LUGO-OCANDO, 2003, 2008 E 2011; CAMERON, 2009). O segundo engloba autores que buscam de alguma forma criticar o ‘perigo’ desses governos a partir de argumentos referentes ao autoritarismo e à consequente ameaça à democracia (CASTAÑEDA, 2006; SELIGSON, 2007; WAISBORD, 2005). Nesse caminho, parte desses autores divide as esquerdas latino-americanas em duas: uma “boa” e outra “má”, sendo cada uma delas caracterizada pela adoção de um determinado projeto político e econômico. A “boa” seria portanto, considerada “mente-aberta, reformista e internacionalista”, “consciente dos seus erros do passado” (CASTAÑEDA, 2006) e daria “suporte ao livre-mercado e a laços estreitos com os Estados Unidos” (SELIGSON, 2007) – são os casos de Brasil e Chile. Por sua vez, a “má” esquerda, “nascida da maior tradição latino-americana populista, é nacionalista, estridente e mente-fechada”, não teria aprendido com o passado, e emprega, ainda, uma “retórica repleta de orgulho do socialismo e ataques ao capitalismo e aos EUA” (CASTAÑEDA, 2006).

Esse quadro aponta consideravelmente para uma agenda de comparação com o Ocidente e é consequência da modelização da América Latina a partir de premissas do mundo capitalista ocidental, que sugere que processos políticos que ocorreram na Europa Ocidental (conforme Castañeda) ou na América do Norte (conforme Seligson) deveriam ocorrer da mesma maneira e levar aos mesmos resultados na América do Sul. Nos casos, ainda, desses

dois autores, é relevante a ausência de comparações e análises internas à própria América Latina – o populismo, conceito-chave na maioria dos textos, continua subdefinido. Seligson, por exemplo, ao mencionar como realizou a análise de dados em seu artigo, deixa seu método de pesquisa de opinião pública pouco esclarecido e quantificado, mas não deixa de considerar que “a inclusão dos EUA e do Canadá, as democracias de excelência do hemisfério, fornece uma base única de comparação ausente na maioria dos outros esforços” (SELIGSON, p. 83). Castañeda, por sua vez, usa dados econômicos sem menção às fontes em um texto sem referências bibliográficas.

Ainda devem se produzidos, portanto, estudos que considerem o movimento que acontece em parte do continente de, pela primeira vez na história, definir-se a partir de outras identidades que não as da América do Norte ou da Europa. O que também demandará um outro olhar para os estudos da comunicação, uma vez que essa discussão atinge o lugar do jornalismo – afinal, se o lugar que o jornalismo assume nos (e em cada um) países latino-americanos não é o mesmo que em outros países centrais, que lugar é esse?

3. A VENEZUELA COM CHÁVEZ

No dia 4 de fevereiro de 1992, Hugo Chávez Frias, coronel militar, ficou famoso internacionalmente por ter liderado uma tentativa de golpe contra o presidente Carlos Andrés Perez em Caracas. A rebelião não teve sucesso e Chávez foi preso. O Movimento Bolivariano Revolucionário 200, criado por Chávez e posteriormente passou a ser chamado de Movimento V República (MVR), realizou uma nova tentativa de golpe em novembro, quando Chávez estava preso, que também não teve êxito.

No entanto, em maio de 1993, Perez foi destituído da presidência sob acusação de corrupção apontada pelo seu próprio partido, a Acción Democrática. O novo presidente, Rafael Caldera, foi eleito em 1994 e, no início de seu governo, perdoou Chávez e os outros envolvidos no levante militar de 1992, pondo fim a uma prisão de dois anos. Chávez dedicou-se, então, a afinar o MVR, aproximando-se de outros grupos de esquerda, Movimiento al Socialismo (MAS) e Patria para Todos (PPT), formando a aliança Polo Patriótico (PP).

No dia 6 de dezembro de 1998, Chávez foi eleito presidente da República na Venezuela com aproximadamente 56% dos votos (GOLINGER, 2006), pelo PP, competindo com mais três candidatos e vencendo os dois partidos que tradicionalmente se alternavam no poder desde o Pacto de Punto Fijo, em 1958. Segundo Eva Golinger, "o movimento foi bem recebido por uma maioria de venezuelanos durante um período em que eles vinham experimentando o declínio do padrão de vida e quedas drásticas no preço do petróleo, *commodity* principal de exportação do país" (GOLINGER, 2006).

Em 2000, a Venezuela foi eleita para liderar a Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP). Ainda segundo Golinger, depois de a Venezuela ter assumido a OPEP, cuja força havia ficado abalada nos anos 1990, o preço do barril aumentou para US\$ 30, contrastando com os US\$ 8 que custava em 1999. Essa mudança, de fato, desagradaria países importadores de petróleo.

Em seguida, após a eleição de George W. Bush nos Estados Unidos, a relação de ambos países começou a se deteriorar continuamente. Em 2001, Chávez se opôs à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) [Free Trade of the Americas Act - FTAA] e não renovou um acordo militar bilateral que durava 50 anos com aquele país. A crise foi

intensificada no dia 29 de outubro do mesmo ano, quando Chávez se pronunciou em rede nacional de televisão reprovando o bombardeio do Afeganistão pelos Estados Unidos.

O afastamento¹⁴ dos EUA era o reflexo de uma nova política de inserção internacional adotada pela Venezuela desde o primeiro governo Chávez, que ia a contramão das grandes democracias liberais ocidentais. A Venezuela estreitou relações com países execrados pelas grandes potências, como Cuba e Irã, e ousou criar um projeto com linguagem própria, caminhando em direção ao que Chávez chamou de Revolução Bolivariana e ao que caracterizou como “socialismo do século XXI”. Criou missões para difundir e interiorizar novas modalidades de gestão públicas e para dar acesso à alfabetização e à saúde.¹⁵ Mas foi também um personagem com características consideradas autoritárias. Se, por um lado, realizou vários referendos – como o de 2002, no qual foi confirmado no cargo de presidente, e o de 2007, no qual as emendas que propôs à Constituição foram rejeitadas pela maioria -, por outro lado, solicitou em 2007 a Ley Habilitante, que lhe dava poderes extraordinários para ditar decretos com força de lei, além de ter adotado, de fato, um discurso de enfrentamento com os meios de comunicação. A partir de alterações aprovadas anteriormente na Constituição, elegeu-se presidente quatro vezes (1998, 2000, 2006, 2012) e faleceu, no dia 5 de março de 2013, antes de assumir o último desses mandatos.

3.1 Chávez e os meios

É notável a escassez de dados empíricos sobre a mídia venezuelana e sua história. Nesse contexto, os pesquisadores argentinos Martín Becerra e Guillermo Mastrini (2006 e 2009) representam exceções pelos dois trabalhos que produziram conjuntamente, ambos esforços para analisar a concentração dos meios na América Latina, mas que também carecem de dados profundos em razão dessa escassez de dados prévios.

¹⁴ A despeito desse afastamento, Segundo Rubens Ricupero, os EUA ainda são o grande mercado da Venezuela. Segundo O Globo, atualmente os norte-americanos ainda compram cerca de 40% do petróleo da Venezuela. Ver “Comércio entre EUA e Venezuela não deve mudar, dizem analistas”, O Globo, 6/3/2013.

¹⁵ O programa *Barrio Adentro* foi um modelo das políticas sociais desenvolvidas nas missões e previu a instalação de módulos de saúde nas comunidades populares do país. A esse programa, seguiram-se diferentes missões educativas, como a *Misión Robinson*, outas para a capacitação e a geração de empregos, como a *Misión Vuelvan Caracas*, além de outras missões para o apoio a camponeses, registro de população não documentada, distribuição de alimentos, ciência e tecnologia e outras. Ver Lander, 2007.

No entanto, a partir de ambos os livros, chega-se aos dados relevantes seguintes. Em 2000, 70% do mercado de periódicos estavam concentrados nas mãos dos 4 principais jornais – El Nacional, El Universal, Ultimas Noticias e El Mundo. Quatro anos depois, os quatro principais jornais – então, Meridiano, Ultimas Noticias, El Universal e El Nacional – concentravam 86% da circulação de diários. No ambiente mais amplo de meios, o Grupo Cisneros – que ocupa uma das 4 primeiras posições dos maiores grupos de meios de comunicação na América Latina –, acionista também em meios de outros países, como Chile, Colômbia e Estados Unidos, domina especialmente a indústria televisiva venezuelano. O Grupo é proprietário da Venevisión, que dividia, em 2000, com outras três emissoras (Radio Caracas Televisión [RCTV], Televén e Globovisión) o domínio de 73% da televisão aberta do país. Nos dados referentes a 2004, as 4 emissoras detinham 76,6% do mercado da televisão aberta.

Esse quadro aponta para uma considerável concentração dos meios de comunicação, característica de todos os países da América Latina, que favorece a reprodução de poucas vozes hegemônicas e, conseqüentemente, torna-se um obstáculo à pluralidade na esfera pública de informação de nível nacional.

Há indícios consistentes de que a mídia venezuelana apenas após os primeiros anos do governo Chávez passou à oposição ferrenha, substituindo o consenso pelo confronto. Para Jairo Lugo-Ocando e Juan Romero, em meados de 1996, no momento em que Chávez foi capaz de construir seu caminho eleitoral, “El Nacional, Venevisión e, parcialmente, Televén ofereceram a ele o seu suporte, que se tornou um elemento crucial no seu sucesso eleitoral de 1998”, enquanto El Universal, RCTV e Globovisión deram suporte – também veladamente - ao candidato rival, Henrique Salas Romer (LUGO-OCANDO & ROMERO, 2003). De acordo com os autores, indícios desse posicionamento velado foram que, a partir desse contexto, após a eleição de 1998, Carmen Ramia, esposa de Miguel Henrique Otero, um dos proprietários do jornal El Nacional, foi apontada diretora da Oficina Central de Información (que tem o status de um Ministério da Informação). Além dela, Alfred Peña, jornalista e ex-diretor do mesmo periódico, foi nomeado Secretário da Presidência, enquanto, Jose Vicente Rangel, que era ligado à Televén, onde mantinha um programa, foi apontado Ministro de Relações Exteriores (LUGO-OCANDO & ROMERO, 2003). Entre as diferentes razões mencionadas pelos autores para o “divórcio” desses meios de comunicação e Chávez, estão a retirada de Carmen Ramia

da Oficina e a pressão sobre a mídia motivada pelo confronto do presidente com organizações empresariais centrais, entre as quais a Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras),¹⁶ que eram também os principais anunciantes fora do governo.

Em 1999, por exemplo, Chávez aprovou uma nova constituição que garantia a propriedade e a iniciativa privada, mas reservando para o Estado a atividade petroleira e outras indústrias serviços e bens de interesse público e caráter estratégico (LANDER, 2007, p. 69). Para Lander, a Carta estava na contramão das tendências neoliberais dominantes em todo o continente naquele momento e “não só reafirmava, mas aprofundava uma ampla gama de direitos sociais, econômicos e culturais”, além de estabelecer “de forma taxativa a obrigação que tem o Estado de garantir o direito universal e gratuito de todos os seus cidadãos à educação, saúde e segurança social” (LANDER, 2007, p. 71). Esse quadro contribuiria, posteriormente, para o conflito com grandes organizações empresariais.

Embora seja relevante compreender o posicionamento atual dos meios em relação a Chávez para melhor entender a dinâmica entre imprensa e política na Venezuela contemporânea, definir isso, simplesmente nos termos de uma dicotomia, não é a questão fim deste trabalho. Mais importante do que isso é entender o quanto é flexível e de que modo essa dinâmica de fato ocorre. O jornal escolhido para a análise empírica deste trabalho foi El Universal, um dos maiores da Venezuela e considerado de oposição a Chávez desde que foi eleito pela primeira vez, embora essa oposição tenha adquirido contornos mais significativos ao longo do segundo mandato.

O jornal El Universal foi criado no dia 1º de abril de 1909, em Caracas, pelo poeta Andrés Mata e pelo advogado e escritor Andrés Vigas (SOTO, 2012). Foi o primeiro jornal venezuelano a usar material de agências internacionais de notícias, em 1914 e, em 1940, publicou pela primeira vez sua página editorial com uma seleção de artigos de opinião.¹⁷ Ao longo das décadas de existência, o impresso foi incorporando inovações tecnológicas, modernizando as suas rotativas, reorganizando a sua estrutura e lançando suplementos distintos, inclusive o *Estampas*, que se transformou em suplemento dominical produzido desde

¹⁶ Além da Fedecâmaras, Lugo e Romero (2003) citam: Fedenaga [Federación Nacional de Ganaderos de Venezuela], Consecomercio [Consejo Nacional del Comercio y los Servicios] e Conindustria [Confederación Venezolana de Industriales].

¹⁷ É importante ressaltar que as informações referentes especificamente ao jornal foram retiradas basicamente da homepage da Fundação Andrés Mata, www.eluniversal.com/fam/historia.html (acesso em 6/11/2013, às 23h50), ou seja, são procedentes da própria empresa. Isso se deveu à escassez de material produzido por outras fontes.

1953. Em 1996, o jornal ganhou sua versão para web e atualmente é dirigido por Andrés Mata Osorio, neto do fundador e membro da Sociedade Interamericana de Imprensa.

São escassas as fontes de informação sobre El Universal se desconsiderarmos o próprio jornal. Em 2002, no entanto, o jornal, ao lado de outras mídias venezuelanas, foi ressaltado pelo posicionamento político com relação ao golpe que tentou sem sucesso derrubar Hugo Chávez. Em 11 de abril daquele ano, Chávez foi retirado da presidência e detido por militares durante dois dias. Nesse tempo, Pedro Carmona, presidente da Fedecâmaras, assumiu a presidência. Contudo, militares pró-governo retomaram o Palácio Miraflores pouco depois e, no dia 14, Chávez reassumiu o cargo.

O aspecto mais ressaltado do episódio foi a participação da mídia. El Universal, em editorial de 12 de abril, sugeria que a vontade da maioria dos venezuelanos, até então (derrubada de Chávez) não estava sendo respeitada, que “a sociedade civil foi levada ao limite pelo presidente” e que naquele momento a Venezuela poderia seguir em direção à liberdade, “bem mais prezado do indivíduo”.¹⁸ Segundo Joseph Manzella e Leon Yacher, Pedro Carmona, enquanto presidente interino, convocou várias organizações midiáticas, inclusive o El Nacional e o El Universal, ao seu gabinete, e “concordou que a mídia liderasse a nova estratégia de comunicação do governo” (MANZELLA & YACHER, 2010, p. 73).

A tensão com a imprensa já existia. Sobre isso, podemos citar o episódio de 7 de janeiro de 2002, quando partidários de Chávez foram para as portas da sede do jornal El Nacional e impediram o acesso de seus funcionários - até que a força policial interveio - depois de o presidente ter criticado o periódico em seu programa de rádio (CAÑIZALEZ, 2002, p. 16). Mas, a partir dos acontecimentos de abril, Chávez passou a adotar mais profundamente um discurso de confronto direto com a mídia, acusando-a, inclusive, da tentativa de golpe que sofreu - a que o próprio chamou de “golpe de mídia” -, e a política comunicacional assumiu posição estratégica em seu governo (SIMIONI, 2007). Acirraram-se tanto o discurso do presidente, quanto o da grande mídia, opondo-se um ao outro. Desde então, é possível observar com clareza posicionamentos ativos de enfrentamento se ambos os lados. Nessa relação de tensão entre a mídia e o presidente, dois eventos têm relevo especial

¹⁸ “Pudo evitarse”, El Universal, 12 de abril de 2002.

Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2002/04/12/opi_art_12101ZZ>. Acesso em 6/11/2013.

após a tentativa de golpe de 2002: a Lei de Responsabilidade Social de Rádio e Televisão (Lei Resorte) e o fechamento da RCTV.

A Lei Resorte foi aprovada em 7 de dezembro de 2004 e trouxe diretrizes para a regulação dos setores audiovisual e impresso. Foi apelidada pela mídia de “Lei Mordaça” e de “Lei do Conteúdo”. El Universal investiu na propaganda negativa da lei desde cedo. Em 27 de maio de 2003, iniciadas as discussões sobre o ainda projeto de lei, o jornal já investia em reportar vozes externas de personagens públicos contrários à lei, o que aparece, aliás, como uma prática corrente do periódico, constituindo uma estratégia de posicionamento velado sob a opinião de terceiros. Nesta matéria,¹⁹ o jornal dava espaço apenas ao presidente da Venevisión – televisão de oposição ao governo -, Víctor Ferreres Palou, por ocasião de uma apresentação que fez para o Conselho Nacional da Fedecâmaras, cujo presidente esteve diretamente envolvido no golpe contra Chávez no ano anterior, como foi dito anteriormente. Em dezembro de 2010, Hugo Chávez assinou uma nova Lei aprovada pela Assembleia Nacional – Ley de Responsabilidad Social en Radio, Televisión y Medios Electrónicos – que também regulava meios eletrônicos e que substituiu a primeira Lei Resorte. Certamente, uma análise da lei demandaria um estudo mais aprofundado de seu conteúdo, que extrapola o escopo deste trabalho. O objetivo aqui não é falar a favor ou contra a lei, mas entendê-la como um dos pontos básicos de tensão entre o governo e a mídia venezuelana.

Outro deles foi o fim da concessão da RCTV, uma das Tvs mais populares da Venezuela, que não teve renovada, pelo governo Chávez, em maio de 2007, a concessão do sinal que operava desde 1953. Em julho do mesmo ano a RCTV retomou suas transmissões, não mais como TV aberta, mas como canal a cabo. O sinal que antes ocupava foi transferido para a Televisora Venezolana Social (TVes), composta por TVs comunitárias e, segundo El Universal, “com financiamento estatal e uma diretiva integrada por simpatizantes do governo que foram nomeados por Chávez”.²⁰ Segundo Glauca Mendes, a Lei Orgânica de Telecomunicações, aprovada no início do primeiro governo Chávez, “impôs a necessidade de obtenção de concessões, outorgadas diretamente pelo Ministro de Infraestrutura (art. 104)” e,

¹⁹ Ley de Contenido: Se tendrían que eliminar novelas, series y musicales: 'Falsa moral en contra de la libertad'. El Universal, 27 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2003/05/27/pol_art_27154AA>. Acesso em 8 de novembro de 2013.

²⁰ “RCTV vuelve al aire por cable en Venezuela”, El Universal, 16 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2007/07/16/rctv_ava_rctv-vuelve-al-aire_16A900007>. Acesso em 10/11/2013. Tradução minha.

de acordo com essa lei, uma das cinco justificativas apresentadas para a negação de outorgas, era quando surgissem “graves circunstâncias pertencentes à segurança do Estado que, a juízo do Presidente da República, façam inconveniente seu outorgamento” (MENDES, 2012). Em livro²¹ publicado especificamente sobre o fim da concessão pelo Ministério do Poder Popular para a Comunicação e a Informação, o governo reforça que a renovação ou não de concessão era é prerrogativa legal do governo, que a RCTV não sofria um atentado contra a liberdade de expressão, uma vez que poderia continuar atuando como um canal a cabo e relembra outros momentos nas décadas de 1970 e 1980 em que a RCTV teve sua transmissão suspensa temporariamente pelos conteúdos que transmitiu (entendidos à época como falsos, tendenciosos ou humilhantes). Hugo Chávez atribui a decisão à participação da RCTV no golpe de 2002. Uma vez que o sinal de outras TVs também de oposição ao governo foram renovados, como o da Venevisión, trata-se, segundo Mendes, de uma aplicação seletiva da lei.

Em 2007, foi idealizada uma proposta de reforma constitucional pelo presidente e pelo Congresso. Aprovada pela Assembleia Nacional, a proposta foi a plebiscito popular o dia 2 de dezembro de 2007 no qual foram rejeitadas as emendas propostas pelo presidente. A ocasião foi exaltada pela mídia venezuelana como primeira derrota eleitoral de Chávez. Independentemente das razões que levaram ao resultado do plebiscito, as quais não é possível aqui precisar, Glauca Mendes (2011) analisou, em artigo, a cobertura realizada pelo jornal El Universal, entre novembro e dezembro de 2007, sobre a reforma e conclui que as marcas discursivas do jornal apontam para um discurso (subliminar) do “atraso” que reproduz uma visão liberal ao qualificar como atraso medidas não liberais. Segundo ela, o jornal insiste na limitação das liberdades civis e políticas e no “perigo” representado pela “liberdade de informação”. O resultado do plebiscito seria lembrado exaustivamente em seguida pela mídia venezuelana.

Os três eventos mencionados são alguns exemplos de momentos em que o embate entre governo e mídia se tornou bastante claro. Não se trata de discutir qual dos lados estava certo ou errado, mas de vislumbrar um contexto polarizado embora não simples. De um lado, há a grande imprensa (e a mídia em geral) que se opõe ativamente ao governo e a todas as suas

²¹ MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN (MinCi). Libro blanco sobre RCTV. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007. Parcialmente disponível em: <<http://www.aporrea.org/medios/a33876.html>>. Acesso em 10/11/2013.

medidas, e, com base frequentemente no argumento da defesa da liberdade, rechaça quaisquer propostas de regulação recorrendo a vozes de terceiros também claramente opositoras. De outro lado há o governo Chávez, que não poupa críticas aos meios de comunicação e que tem estabelecido um ambiente em que possa recorrer a medidas punitivas com base no argumento da responsabilidade. Algumas dessas medidas, sem dúvida foram postas em práticas por outros governos anteriores, mas, no atual contexto, ganham relevo redobrado. Em geral, as discussões sobre a Venezuela contemporânea e seu governo têm começado a partir dessa dicotomia: contra ou a favor. Da mesma forma, a imprensa tem retratado outros países da América Latina, quando se fala em Venezuela ou em política na região, a partir dessa clivagem: países que são próximos e apoiam o governo Chávez e aqueles que não o fazem. Esse quadro geral de polarização não aparece apenas na mídia, conforme se verá a seguir.

3.2 Polarização dos estudos de mídia e política na Venezuela

A bibliografia disponível sobre comunicação e política na Venezuela também apresenta tendências à polarização. O tom dos textos dificilmente deixa dúvidas sobre ser simpático ou não ao governo e, com frequência os argumentos contrários coincidem com os argumentos da própria mídia, destacando, embora superficialmente e sem explicações mais profundas, o caráter autoritário do governo e o desrespeito à liberdade dos meios.

Entre os autores que, mais do que críticos, opõem-se ao atual governo venezuelano, destacam-se três exemplos. Andrés Cañizalez, pesquisador venezuelano da Universidad Católica Andrés Bello, publicou em 2002 artigo sobre a intensificação do conflito entre a imprensa e Hugo Chávez, ressaltando os “ataques verbais” do presidente contra a imprensa e fazendo críticas apenas ao presidente, sem discutir em nenhum momento o papel da imprensa nesse processo. Além disso, Cañizalez usa como fontes personagens cujos discursos se pode conhecer a priori, como um relator da liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Comitê para a Proteção de Jornalistas, sediado em Nova Iorque, os Repórteres Sem Fronteiras. Em um segundo artigo, Cañizalez (2003) emprega no título – *Ley Mordaza en Venezuela* – a expressão criada pela mídia para se referir à Lei de Responsabilidade Social de Rádio e Televisão e novamente se dedica a criticar as medidas do presidente com o objetivo de “fustigar” a imprensa. Mais uma vez, seu trabalho falha em fazer

qualquer tipo de crítica ou discussão acerca do papel dos meios de comunicação ou de sua atuação, tornando-se mais um texto que fala apenas contra um governo, atizando a polarização já mencionada.

Joseph Manzella e Leon Yacher, professores da Southern Connecticut State University, em artigo sobre notícia e mito na Venezuela argumentam que Chávez “silenciou vozes oposicionistas da imprensa por meio de ações suportada pela manipulação de símbolos culturais” e “castrou uma imprensa agressiva ocidental de estilo *watchdog* ao recriar o mito do fundador da nação na forma da Revolução Bolivariana” (MANZELLA & YACHER, 2010, p. 72 e 72). Embora Manzella e Yacher destinem uma linguagem mais crítica a Chávez que torna clara a sua reprovação, concedem mais atenção à dinâmica complexo do relacionamento do presidente com a imprensa e ressaltam afirma que no início do século XXI alguns dos jornais, especialmente El Universal e El Nacional eram hostis a Chávez e continuavam sendo àquela altura.

De outro lado, destacam-se trabalhos cujos tons são contrários aos primeiros, no sentido de serem simpáticos ao governo venezuelano. Eleazar Díaz Rangel é jornalista graduado na Universidad Central de Venezuela, dirige o jornal Últimas Noticias e dirigiu a TV Venevisión. Em texto de 2004, Rangel afirma que setores da imprensa venezuelana, desde 1998, começaram a alertar sobre as ameaças a liberdade de imprensa que poderia significar a vitória de Chávez, contudo, para o autor tais ameaças não haviam se concretizado. Para ele, ainda que sejam condenáveis as agressões verbais de ambos os lados – imprensa e governo –, que podem ser classificadas como intimidadoras, “a verdade é que não tiveram efeito sobre nenhum meio ou jornalista. Não se pode falar de jornalistas presos ou processados, nem de meio suspensos ou fechados e tampouco de informações que tenham sido proibidas ou de opiniões que deixaram de ser expressas por qualquer meio como consequência da ação governamental” (RANGEL, 2004). Desse modo, ao contrário dos primeiros textos que se dedicaram a criticar Chávez, este toma como bandeira a defesa do governo, alimentando mais uma vez a polarização da discussão.

O canadense Pascal Lupien, pesquisador da University of Guelph, em Ontario, também se encaixa no grupo de trabalhos simpáticos ao governo Chávez. Para ele, as mídias privadas venezuelana e boliviana, “incapazes de desacreditar os resultados das eleições”, “têm tentado atacar a legitimidade desses governos por baixo ao retratar seus apoiadores como seguidores

estúpidos ou multidões irracionais ou perigosas” (LUPIEN, 2013, p. 226.). Lupien se dedica a criticar as críticas destinadas aos apoiadores de Chávez e Evo Morales, tomando assim a sua defesa e indicando, para isso, atitudes da mídia que julga reprováveis.

Da mesma forma, Javier Briceño, jornalista egresso da Universidad del Zulia, na Venezuela, em texto de 2003 sobre Hugo Chávez e os meios, apresenta a posição dos meios de comunicação privados frente ao “mandato democrático do presidente da República Bolivariana de Venezuela” e “como a imprensa e a televisão manipulam o povo, criando ‘realidades virtuais ou hiper-realidades’ de uma guerra através do emprego da informação como instrumento defensivo, como arma de propaganda contra o governo chavista” (BRICEÑO, 2003, p. 21). Não é preciso avançar muito para perceber a posição do autor, preocupado em criticar os meios em defesa de Chávez.

É relevante destacar que são escassos os trabalhos sobre o exercício do jornalismo na Venezuela,²² antes de Chávez. A polarização dos estudos sobre a Venezuela atual é em parte influenciada por esse baixo fluxo e em parte influenciada pelo pensamento liberal que a própria mídia propaga – aquele que reduz o assunto a existir liberdade ou não e a apoiar um governo ou não. Esse quadro contribui para o desconhecimento de outras abordagens possíveis para o assunto.

Considerando que é mais importante descrever uma dinâmica complexa do que simplificá-la, o capítulo seguinte tem o objetivo de observar de que forma um jornal venezuelano, tendo em perspectiva também um jornal brasileiro, reporta um acontecimento-chave no contexto político contemporâneo do país e da América Latina: a morte do presidente Hugo Chávez. Cabe dizer que é preciso relativizar a comparação realizada aqui. Dadas a dimensão e as possibilidades deste trabalho, não se trata exatamente de um estudo comparativo, uma vez que o método comparativo não pressupõe apenas descrever semelhanças e diferenças. Além disso, as profundas diferenças de contextos e de peso e lugares institucionais das empresas jornalísticas analisadas a seguir não permitem generalizações, mas, sim, considerações iniciais acerca do posicionamento de cada jornal sobre um mesmo evento.

²² Embora eu tenha identificado alguns trabalhos, não consegui acessá-los. Entre eles: *El perfil ocupacional de los periodistas de Caracas* (1992), *De la práctica periodística a la investigación: hitos de lo pensamiento venezolano sobre comunicación* (1996) e *La estructuración de la identidad profesional del comunicador social en Venezuela* (1998), todos de José Aguirre e *Acercas de la entrevista*, de Eleazar Díaz Rangel.

4. EL UNIVERSAL E O GLOBO NA COBERTURA DA MORTE DE HUGO CHÁVEZ

No dia 5 de março de 2013, Hugo Chávez faleceu no final da tarde, às 4h25, conforme informou o vice-presidente Nicolás Maduro em rede nacional de televisão. Desde alguns meses antes já dominava os noticiários diariamente, que veiculavam de forma polêmica sua doença. No dia 8 de dezembro anterior, o presidente apareceu publicamente pela última vez na televisão, em cadeia nacional, informando que retornaria a Cuba para realizar a quarta cirurgia em razão de um câncer pélvico e indicando Maduro como seu sucessor político. Após o procedimento, uma série de complicações, entre as quais uma infecção respiratória, contribuíram para o óbito.

Este capítulo é o resultado da análise das matérias de cobertura da morte de Chávez realizadas pelos jornais El Universal e O Globo, durante os dias 5 e 6 de março de 2013. Excetuando-se o material exclusivamente multimídia, como álbuns de fotos e vídeos reproduzidos, foram consultadas 48 matérias do jornal venezuelano (entre as quais um editorial), divididas entre as editorias *Nacional y Política*, *Caracas* e *Vida*, e 83 matérias no jornal brasileiro (entre as quais um editorial), oriundas predominantemente da editoria Mundo. Todas as matérias foram acessadas nos sites dos jornais e o conjunto engloba as matérias destinadas ao jornal impresso – obtidas na busca dos arquivos online - e também as matérias preparadas para o site – obtidas na ferramenta de busca de matérias em todo o site cruzada com a delimitação de data que essas ferramentas oferecem. Sendo assim, é importante ressaltar que é possível que a sintonia entre o site do jornal e o impresso não seja a mesma em cada caso com relação à publicação de matérias. Isso quer dizer que se deve considerar que as matérias publicadas no site d'O Globo podem não ser em sua totalidade parte do jornal impresso, mas matérias extras. Ainda assim, serão consideradas todas as matérias reunidas dos dois sites.

A primeira observação a fazer se refere à quantidade de matérias encontrada em cada jornal. Contrariando a expectativa, o jornal brasileiro publica quase o dobro do número de matérias do jornal venezuelano. Ainda que não haja evidências claras que permitam afirmar com segurança a razão dessa diferença, uma possível explicação seja o tamanho de cada empresa. O Globo pertence às Organizações Globo que possuem diversos veículos de comunicação em várias plataformas e participam amplamente de um intercâmbio internacional

de informações. Uma porção considerável – 34 matérias na íntegra²³ - do material publicadas pelo jornal no recorte deste trabalho é oriunda da agência Reuters.²⁴ El Universal também emprega, no entanto, muito eventualmente, informações em suas matérias advindas da Agence France-Press (AFP), da Agência Alemã de Imprensa (DPA), mas não houve matérias na íntegra reproduzidas dessas fontes. O fato de a morte de Chávez fazer parte da cobertura local no caso de El Universal pode explicar a presença reduzida de matérias de agências estrangeiras. Com relação a O Globo, a presença considerável desse tipo de material pode indicar a ausência de um correspondente.²⁵ Por outro lado, o número elevado de matérias de ambos os jornais indicam um ponto coincidente na lógica da agenda setting entre as mídias de ambos os países, não restando dúvida, como já se poderia imaginar, que o tema se destaca entre os assuntos considerados extremamente relevantes na agenda política internacional. El Universal publicou, inclusive, pelo menos uma matéria/nota em inglês sobre o acontecimento.²⁶ Deve-se ressaltar, ainda, que as matérias do jornal O Globo são, de modo geral, consideravelmente maiores e têm maior profundidade do que as matérias do jornal El Universal.

4.1 Editoriais

Não é surpreendente que os editoriais de ambos os jornais sejam muito explícitos com relação às opiniões políticas que defendem. Nos dois casos, a personalidade do presidente e sua conduta são profundamente criticadas e pode-se perceber um tom em parte de “satisfação” pelo fim de seu governo. Os dois jornais usam o bordão “o chavismo sem Chávez” para

²³ Além de outras matérias nas quais são usadas apenas fotos oriundas da Reuters e da Associated Press.

²⁴ A Thomson Reuters se define como “a maior agência internacional de notícias e multimídia do mundo, fornecendo notícias do mundo, investimentos, negócios, tecnologia, manchetes, pequenos negócios, alertas, finanças pessoais, mercados acionários e informações de fundos mútuos”. Disponível em: <<http://br.reuters.com/>>. Acesso em 10/11/2013.

²⁵ Entre as matérias, encontram-se algumas de autoria de Janaína Figueiredo e de Mariana Timóteo da Costa, mas não foram escritas a partir de Caracas, mas, sim, de Buenos Aires e de São Paulo.

²⁶ “Venezuela's President Hugo Chávez passes away”, El Universal, 5/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130305/venezuelas-president-hugo-chavez-passes-away>>. Acesso em 10/11/2013.

proclamar a oportunidade de se assistir ao “fim de uma era”²⁷ no momento em que “se fecha um ciclo”.²⁸

Em quatro parágrafos, contra 12 de O Globo, o editorial de El Universal critica o “estilo polarizador, sectário e agressivo com seus adversários” que “gerou a divisão do país em praticamente dois grandes setores: o chavismo” e “a oposição democrática”. O jornal considera digno de nota que, com Chávez, o “oficialismo tomou formas e conteúdos de esquerda, muito influenciados por Fidel Castro e seu irmão Raúl, para se tornar definitivamente uma corrente abertamente anti-norte-americana externamente e adversa aos princípios do livre mercado, à concorrência e à livre iniciativa”. Embora sem maiores explicações e simplificando uma dinâmica que é muito complexa, El Universal destaca o afastamento do presidente Chávez em relação aos EUA e a um determinado modelo econômico ocidental, sem considerá-lo capaz de pontos positivos. O editorial de O Globo, mais profundamente opinativo e utilizando-se de tom mais agressivo e acusatório, fala sobre o presidente “populista” que, vestindo “o velho figurino do caudilho latino-americano”, construiu um regime que funcionava, segundo o jornal, como “uma ditadura ‘constitucional’” e que fez com que “as instituições republicanas [fossem] destroçadas pelo chavismo”. Para O Globo, Chávez usou largamente os petrodólares para construir um “assistencialismo demagógico, sem sustentação a longo prazo” e “produziu uma estatização em massa das empresas venezuelanas, com resultados desastrosos na produtividade”, sem considerar, em momento algum, que o problema que atinge o setor industrial e a produção interna na Venezuela são heranças de longa data, como foi mencionado no primeiro capítulo. Quanto às relações do país com o resto do continente e com outros países, o editorial d’O Globo afirma que

A partir da visão míope, maniqueísta, de que o mundo é dividido entre o “império” (os EUA) e os demais países, ele comandou uma frente antiamericana anacrônica, tendo como modelo Cuba, e discípulos, Bolívia, Equador, Nicarágua, além de influenciar a Argentina kirchnerista. Teve a amizade do Brasil lulopetista, da Rússia, do Irã. E a simpatia de Dilma Rousseff, essencial para sua entrada no Mercosul numa manobra conduzida

²⁷ Em “O Chavismo sem Chávez”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-chavismo-sem-chavez-7751646>>. Acesso em 2/11/2013.

²⁸ Em “La historia apenas comienza”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/hugo-chavez-1954-2013/130306/la-historia-apenas-comienza>>. Acesso em 2/11/2013. Todas as traduções de trechos do jornal El Universal neste capítulo foram feitas por mim.

por Brasília em associação com a Casa Rosada. Nunca deixou, porém, de vender petróleo ao “império”, além de abastecer Cuba em condições camaradas.²⁹

O excerto mostra que, ironicamente, ao mesmo tempo em que o jornal critica a divisão maniqueísta que separa os EUA de um lado e outros países polêmicos que dele se diferenciam nos modelos que adotam, por outro lado, reforça a mesma visão maniqueísta que critica, ao construir um bloco estereotipado no qual insere Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Rússia, Irã e o “Brasil lulopetista” – todos governos de esquerda ou governos acusados pelos EUA por sua conduta “atípica” na economia ou na política. Assim, o jornal sugere que não seriam positivas as relações com esses países, defendendo claramente os EUA.

Já foi dito anteriormente que não é o objetivo deste trabalho definir se cada jornal é ou não de oposição a Chávez. Isso já se sabe de antemão. Interessa aqui entender de que forma essa atuação se dá, se é semelhante ou diferente nos casos selecionados e dentro do recorte estabelecido. O editorial de El Universal foca na busca pela retomada de um consenso que existia, em sua opinião, antes de Chávez – um consenso liderado pelas elites no qual os conflitos entre as classes eram, ao que tudo indica, muito velados – e, embora ressalte seu estilo de governo “polarizador e agressivo”, indica, nas entrelinhas, que sua trajetória dependeu do apoio que conseguiu gerar em grupos da sociedade venezuelana, como os militares. Nesse caminho, o texto termina chamando à responsabilidade o “povo” venezuelano e sugerindo que de sua “maturidade” depende a oportunidade de retomar grandes planos, projetos e “consensos geradores de paz e progresso” e de reescrever “melhor” a história do país. O editorial de O Globo foca em dois aspectos diferentes: no modelo político chavista, que considera ditatorial, e na economia, que julga ter sido deixada em “frangalhos” pelo presidente. Não há, portanto, ao contrário de El Universal, nenhuma menção ao que seria a responsabilidade do “povo venezuelano” na escolha do governo de Chávez nos 14 anos interiores ou em uma eventual mudança a partir de agora.

Ambos os editoriais terminam de formas diferentes. El Universal exhibe o otimismo que deposita na possibilidade de mudança – uma mudança, de certa forma, limitada, porque anseia

²⁹ Em “O Chavismo sem Chávez”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-chavismo-sem-chavez-7751646>>. Acesso em 2/11/2013.

a retomada de um estado anterior, que, como foi dito nos capítulos anteriores, era positivo para as minorias da elite. O Globo, por outro lado, finaliza com o ceticismo que resulta de 12 parágrafos de propaganda extremamente negativa e que atribui à suspeita da continuidade do chavismo com Nicolás Maduro, que não é sequer mencionado no editorial de El Universal.

4.2 Editorias

Com relação às matérias de cobertura do evento (morte do presidente) em outras editorias, é possível dividi-las, considerando-se ambos os jornais, em cinco grupos temáticos: morte, luto interno, manifestações estrangeiras, propaganda negativa e futuro. Em primeiro lugar, cabe dizer que essas categorias constituem-se em um esforço de análise, não sendo, assim, a única forma de observar a questão, mas apenas ferramentas metodológicas para abordá-la.

O grupo temático “morte” engloba as matérias publicadas para informar o falecimento de Chávez, retomar o assunto dos últimos meses de sua doença e falar sobre o cortejo fúnebre. Em El Universal houve nove matérias pertinentes a esse grupo, que informavam o falecimento do presidente no Hospital Militar de Caracas às 16h25, em geral, fazendo menção ao seu tratamento em Cuba, a cronologia da doença de Chávez, a descrição do velório e o estabelecimento de luto nacional e o trânsito e a confusão que alteraram a rotina urbana quando foi divulgada sua morte. Exceto uma das matérias, que tem teor interpretativo³⁰ e polemizava a falta de informações a respeito da saúde de Chávez durante sua doença, caracterizando o “ambiente de desassossego” que Caracas viveu até o anúncio da morte, todas as outras têm conteúdo informativo e privilegiam, predominantemente, a reprodução literal da fala de autoridades, especialmente do então vice-presidente Nicolás Maduro, conforme mostra o trecho a seguir.

"A las 4:25 de la tarde de hoy 5 de marzo, ha fallecido el comandante presidente Hugo Chávez Frías, luego de batallar duramente con una enfermedad con el amor del pueblo y con la

³⁰ “El histórico anuncio fue precedido por muchos rumores”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/caracas/130306/el-historico-anuncio-fue-precedido-por-muchos-rumores>>. Acesso em 12/11/2013.

lealtad más absoluta de sus compañeras de lucha y el amor de sus hijas y sus familiares", informó Maduro, con la voz entrecortada y a punto de llanto en cadena de radio y televisión desde el Hospital Militar Dr. Carlos Arvelo, la muerte de quien llegara por la vía electoral a la Presidencia de la República el 6 de diciembre de 1998, cargo que ocupó hasta su fallecimiento.

Maduro, heredero político dejado por el propio Chávez en su última cadena nacional el 8 de diciembre pasado, relató que luego de presidir "la reunión del Consejo de Ministros y la dirección cívico militar de la revolución", en el Palacio de Miraflores, se dirigieron a la sede del Hospital Militar de Caracas "a seguir la secuencia de salud de nuestro Comandante, en momento que nos encontrábamos recibiendo parte, acompañando a sus familiares, recibimos la información más dura y trágica que podamos transmitir a nuestro pueblo".

A las 5:23 p.m de ayer, flanqueado por el canciller Elías Jaua y la procuradora general Cilia Flores; y rodeado por el Alto Mando Militar, el Vicepresidente anunció el despliegue de la Fuerza Armada y de la Policía Nacional "para acompañar y proteger a nuestro pueblo y garantizar juntos la paz".³¹

Em O Globo, este grupo engloba 11 matérias, cujo tom da narrativa segue um caminho um pouco diferente do jornal venezuelano. Embora cerca de metade delas também seja informativa sobre a morte – com foco em local, data, hora, motivo e o pronunciamento de Maduro -, interpretação e opinião aparecem na outra metade, ao contrário do que aconteceu em El Universal. Nesses casos, o jornal, ao mesmo tempo em que noticiava o falecimento, interpretava e antecipava questões políticas. Falava sobre a dúvida de a revolução bolivariana continuar sem a presença física de seu criador, caracterizava o posicionamento de seguidores como um culto quase religioso, conforme os trechos abaixo.

A morte de Chávez coloca a nação de 29 milhões de habitantes novamente na encruzilhada, como nas eleições de outubro -entre continuar com sua revolução socialista ou moderar a marcha. Mas desta vez sem o homem forte dos últimos anos.³²

Adorado por seus seguidores num culto quase religioso, Chávez foi insultado pelos críticos que o viam como um chefe de Estado

³¹ "A las 4:25 de la tarde falleció Chávez", El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/a-las-425-de-la-tarde-fallecio-chavez>>. Acesso em 15/11/2013.

³² "Hugo Chávez morre de câncer e termina uma era na Venezuela", O Globo, 5/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/hugo-chavez-morre-de-cancer-termina-uma-era-na-venezuela-7752443>>. Acesso em 12/11/2013.

autocrático, arbitrário e propenso a fazer um culto de sua personalidade.³³

10 de agosto - Cresce popularidade do presidente em meio ao chamado "efeito solidariedade" devido à doença.³⁴

O que importa a este trabalho não é negar a existência de um culto a personalidade ou acusar o jornal de “inventá-la”, mas, sim, chamar atenção para a forma como ambos os jornais a caracterizam. Neste caso, reduzir a adesão popular a Chávez a um culto religioso, ou seja, aproximá-la mais da fé do que dá razão, e chamar seus adeptos sempre de seguidores fazem parte de uma escolha de posicionamento que exime o jornal de discutir uma dinâmica mais complexa e que depende de uma aliança ou de uma troca entre o presidente e seus correligionários que o jornal mal explora.

A opinião também sobressai em alguns exemplos, como no trecho reproduzido abaixo. O jornal se posiciona mais claramente ao atribuir à Venezuela com Chávez um “papel” que julga ter sido da extinta União Soviética – símbolo máximo do bloco socialista durante a Guerra Fria – e ao emitir a opinião de que o fato de recursos da estatal PDVSA terem sido empregados em programas sociais foi responsável pela queda da produção e de investimentos estrangeiros. Assim, o jornal mostra a sua escolha por um modelo econômico que condena a intervenção estatal e o “risco” de investimentos sociais, sem mencionar em nenhum momento que a produção industrial na Venezuela sempre foi um problema, desde o início de sua história como país independente.

O país tem as maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo, mas a gestão da estatal PDVSA, usada como fonte de recursos para programas sociais, teve como resultado a queda da produção e acabou minando o interesse dos investidores estrangeiros nesta área. A insegurança causada pelas estatizações e mudanças de regras também contribuíram para afastar investimentos na era Chávez.

O futuro da Venezuela traz expectativa e incerteza também para os aliados. Cuba e Nicarágua se beneficiaram de prática recorrente da política externa chavista: o envio de barris de petróleo a preço abaixo

³³ Idem.

³⁴ “Cronologia dos últimos meses da doença do presidente Hugo Chávez”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/cronologia-dos-ultimos-meses-da-doenca-do-presidente-hugo-chavez-7750547>>. Acesso em 13/11/2013.

do mercado. A Venezuela assumiu o papel da antiga União Soviética como mecenas do castrismo.³⁵

Simultaneamente, nota-se que é especificado um grupo de aliados que se beneficiam economicamente da relação com a Venezuela. Uma alternativa a esse discurso seria aprofundar análises sobre a aproximação de países latino-americanos motivada pela possibilidade de um modelo político alternativo que reforçasse os laços e trocas entre países do Sul em várias áreas dando base a uma conduta social interna e também de inserção internacional que prima pela busca da autonomia.

Em seguida aos anúncios do falecimento de Chávez, o grupo temático “luto interno” engloba o material que reporta manifestações e declaração de luto dos venezuelanos, suspensão de aulas e descreve os movimentos de apoiadores de Chávez que foram às ruas logo que foi anunciada a sua morte, com roupas vermelhas e bandeiras do país. Descreve o choro dessas pessoas e a “tristeza e angústia” que causou a notícia em vários estados da Venezuela e que motivou o fechamento do comércio nesses lugares. São reproduzidas várias frases de cidadãos pró-Chávez que se negavam a aceitar a morte do presidente ou expressavam a sua tristeza nas ruas. Embora o jornal não deixe de mencionar uma estranha proximidade entre aqueles que estavam de luto, conforme o trecho reproduzido a seguir, o tom das matérias de luto é bastante descritivo, não havendo uma carga opinativa, nem interpretativa, que salte aos olhos.

Ahogados en llanto, como si se tratase de la muerte de un familiar cercano, los seguidores del presidente Hugo Chávez se concentraron a las afueras del Hospital Militar apenas minutos después de finalizar la cadena nacional que anunciaba la muerte del mandatario. Con abrazos largos y lagrimas compartieron el dolor.

Frases de negación, unas pocas de resignación y algunas más de ira se escuchaban entre la multitud, poco menos de mil personas. "No puedo creerlo, se nos fue", decía una joven entre sollozos.

Algunos creyeron que hasta el clima del día fue un presagio "divino" de lo que se vendría: "Tantos días de sol y hoy (ayer) se nubló, hasta cayeron unas gotas", comentaban.

³⁵ “Aos 58 anos, Chávez morre após semanas de complicações decorrentes de cirurgia”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/mundo/aos-58-anos-chavez-morre-apos-semanas-de-complicacoes-decorrentes-de-cirurgia-7750244>>. Acesso em 13/11/2013.

El luto en esta oportunidad no se vestía de negro, los partidarios del Presidente se ataviaron para la ocasión con sus camisas rojas.³⁶

N'O Globo, as matérias sobre manifestações de luto na Venezuela, embora descritivas em grande parte, mais uma vez permitem vislumbrar escolhas políticas mais claras do que em El Universal. Os venezuelanos que foram às ruas seguir o traslado do corpo ou se manifestar coletivamente foram chamados de “populares”,³⁷ “um mar de partidários”³⁸ e “uma gigantesca multidão” e suas manifestações foram retratadas como uma “histeria coletiva”.³⁹

Quanto às “manifestações estrangeiras”, esse grupo temático reúne matérias sobre declarações de autoridades não venezuelanas sobre o falecimento do presidente. Em ambos os jornais foi o grupo temático que reuniu maior número de matérias – 14 em El Universal e 22 em O Globo. El Universal considerou líderes latino americanos – os presidentes Juan Manuel Santos, Evo Morales, Rafael Correa, Pepe Mujica, Dilma Roussef, Ollanta Humala -, muitos dos quais declararam a perda de um amigo e de um grande líder ou uma perda irreparável em palavras reproduzidas pelo jornal -, os presidentes da ONU da OEA, o ex-presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores brasileiro Antonio Patriota, alguns artistas norte-americanos (Sean Penn, Oliver Stone), além do primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper. As matérias são predominantemente caracterizadas pela reprodução de falas desses personagens.

Em O Globo, oito das 22 matérias são sobre declarações de Dilma e sua ida ao velório do presidente venezuelano e outra é motivada pela declaração do ex-presidente Lula de que sentia “orgulho de ter convivido e trabalhado com ele pela integração da América Latina e por um mundo mais justo”.⁴⁰ José Dirceu também motivou uma matéria por ter solicitado ao

³⁶ “Llanto y negación vestidos de rojo”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em:

<<http://www.eluniversal.com/caracas/130306/llanto-y-negacion-vestidos-de-rojo>>. Acesso em 14/11/2013.

³⁷ “Simpatizantes exaltam Chávez como ‘pai’ e ‘mártir’ na Venezuela”, O Globo, 6/3/2013. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/mundo/simpatizantes-exaltam-chavez-como-pai-martir-na-venezuela-7763007>>. Acesso em 13/11/2013.

³⁸ “Venezuelanos em luto acompanham cortejo fúnebre de Chávez em Caracas”, 6/3/2013. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/mundo/venezuelanos-em-luto-acompanham-cortejo-funebre-de-chavez-em-caracas-7765093>>. Acesso em 13/11/2013.

³⁹ “Corpo de Chávez é levado pelas ruas de Caracas”, O Globo, 6/3/2013. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/mundo/corpo-de-chavez-levado-pelas-ruas-de-caracas-7759187>>. Acesso em 13/11/2013.

⁴⁰ “Lula: ‘Tenho orgulho de ter convivido e trabalhado com Chávez’”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/mundo/lula-tenho-orgulho-de-ter-convivido-trabalhado-com-chavez-7751566>>. Acesso em 13/11/2013.

Supremo Tribunal Federal permissão para ir ao velório de Chávez enquanto respondia a julgamento pelo episódio que ficou conhecido como “mensalão”. Além desse material, há matérias sobre a ida de outros presidentes latino-americanos ao velório em Caracas, reproduções das falas de pesar de Sean Penn, Oliver Stone e Michael Moore por Chávez. Também estão presentes as condolências expressas por Cuba e pelos líderes sírio e iraniano, “aliados” de Chávez. O jornal lembra que Mahmoud Ahmadinejad “havia firmado uma amizade pública com Chávez caracterizada pelo excessivo elogio mútuo, abraços e momentos alegres”, e que Chávez também “compartilhava da aversão da República Islâmica pelo "imperialismo" dos EUA”.⁴¹ Com relação a Síria, O Globo ressalta que “a mídia estatal” lamentou a morte do presidente “aliado de Assad”, destacando que Chávez havia enviado “combustível à Síria no ano passado para ajudar o país a superar a escassez causada por sanções ocidentais”.⁴² O jornal prossegue ressaltando, portanto, as relações do presidente Chávez com líderes polêmicos em cujos países estavam acontecendo à época tensões, manifestações e acusações de desrespeito aos direitos humanos. Embora o quadro político e social da Venezuela fosse muito distinto dos da Síria e do Irã, havia ainda o investimento em aproximar o país latino-americano de seus “aliados”.

Dentro das “manifestações estrangeiras”, os EUA são quase um caso à parte. No El Universal, duas matérias se destacam aí, uma é ancorada em Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano (entre 1977 e 1981), que falou sobre o compromisso de Chávez com “a melhoria das condições de vida de milhões de venezuelanos” e a sua “defesa da autonomia e independência dos governos latino-americanos”.⁴³ Outra matéria reportava a manifestação mais fria do atual presidente dos EUA, Barack Obama afirmando que seu país “tem interesse em desenvolver uma relação construtiva com o governo venezuelano”.⁴⁴ Em O Globo, sete

⁴¹ “Irã declara dia de luto para aliado anti-EUA Chávez”, O Globo, 6/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/ira-declara-dia-de-luto-para-aliado-anti-eua-chavez-7754402>>. Acesso em 12/11/2013.

⁴² “Mídia síria presta homenagem a Chávez, aliado de Assad”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/midia-siria-presta-homenagem-chavez-aliado-de-assad-7755454>>. Acesso em 12/11/2013.

⁴³ “Carter destaca compromisso de Chávez en mejorar la vida de venezolanos”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/carter-destaca-compromiso-de-chavez-en-mejorar-la-vida-de-venezolanos>>. Acesso em 13/11/2013.

⁴⁴ “EEUU "reafirma apoyo al pueblo" tras muerte de Chávez”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/eeuu-reafirma-apoyo-al-pueblo-tras-muerte-de-chavez>>. Acesso em 13/11/2013.

matérias constam nesse subgrupo. Três delas são ancoradas nas manifesta disposição de Obama em entrar em uma nova faze com a Venezuela. Uma quarta matéria especula sobre a possível ida de uma delegação norte-americana ao velório de Chávez. A quinta matéria informava o cancelamento da concessão de vistos pela embaixada norte-americana em Caracas no dia seguinte à morte de Chávez e a decisão de retomar as entrevistas apenas no dia 21 de março seguinte, sem explicar as razões. Outra matéria discutia a importância da transição política na Venezuela para sua classificação segundo o risco Moody's. A última matéria fala sobre os venezuelanos residentes em Miami e imediações, que, com “otimismo” comemoravam a morte de Chávez.

Neste bloco temático o tom das matérias é menos importante do que o próprio recorte. Uma alternativa ao enquadramento feito pelo Globo seria dar mais importância às manifestações dos países latino-americanos, dada a importância de Chávez na região. Isso se aproxima mais do que El Universal fez. Nas duas matérias⁴⁵ em que o jornal brasileiro considerou isso, referiu-se à América Latina como um todo, exceto no caso de Cuba, que foi tratado separadamente, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com Síria e Irã.

Outro bloco de matérias foi englobado sob o título “futuro”. Em El Universal, sete matérias têm como tema o futuro político da Venezuela: a dúvida sobre quem assumirá o poder, uma vez que Chávez ainda não havia tomado posse do último mandato para o qual foi eleito em 2012, e em que data seriam as eleições o pronunciamento do Ministro da Defesa apoiando Maduro e garantindo que os militares seguiriam as orientações de Chávez, a oposição reunida sob Henrique Capriles exortando que não é hora da diferença, mas da paz. Essas matérias afastam-se de opiniões explícitas, reproduzindo falas desses personagens e apresentando suas posições distintas. No entanto, duas matérias, publicadas no mesmo dia, se distanciam disso: uma ancorada na opinião de um analista político (Carlos Hernández), que reforça que Capriles tem “altas possibilidades” de ganhar o pleito⁴⁶ e, outra, cuja chamada

⁴⁵ “Líderes latino-americanos expressam pesar por morte de Chávez” e “Líderes de Estado chegam a Caracas para funeral de Chávez”, O Globo, 5 e 6/3/2013, respectivamente. Disponíveis em: <<http://oglobo.globo.com/pais/lideres-latino-americanos-expressam-pesar-por-morte-de-chavez-7752106>> e <<http://oglobo.globo.com/mundo/lideres-de-estado-chegam-caracas-para-funeral-de-chavez-7754679>>, respectivamente. Acesso em 12/11/2013.

⁴⁶ “Para Carlos Hernández, el resultado electoral es incierto”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/para-carlos-hernandez-el-resultado-electoral-es-incierto>>. Acesso em 15/11/2013.

explora que o chavismo se contradisse sobre quem deveria assumir o poder, uma vez que, consultado, o chanceler Elias Jaua afirmara que o vice-presidente Maduro deveria, em sua opinião, assumir, enquanto o presidente da Assembleia Nacional, Fernando Rojas, afirmava que o chefe do Parlamento, Diosdado Cabello, deveria assumir.⁴⁷

O Globo também convidou um intelectual a falar sobre o futuro. O sociólogo venezuelano Tulio Hernández afirmava em entrevista que já estava “nascendo um novo movimento político definido por ele como ‘populismo esotérico’” que seria “a estratégia oficial de “esconder informação e promover a imagem de Chávez como mito”.⁴⁸ Como em El Universal, as outras matérias se referem à lealdade dos militares a Maduro; ao líder da oposição Capriles exortando a unidade, expressando condolências à família do presidente morto e ao seu lançamento como candidato; à posse de Maduro interinamente e a especulações sobre a Constituição permitir ou não sua candidatura. Mais uma vez destoando de El Universal, é possível identificar em O Globo um tom interpretativo e de análise política claro, como mostram os excertos a seguir.

Com a morte do presidente, a oposição venezuelana se vê diante de uma tarefa árdua: encontrar o equilíbrio delicado entre se preparar para novas eleições e evitar que o projeto político do chavismo se estenda além de Chávez e, ao mesmo tempo, moderar seus comentários para não alienar eleitores que se mostraram solidários com o sofrimento do presidente.⁴⁹

A morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na terça-feira, deixou um grande vazio na liderança de esquerda da América Latina e levantou dúvidas sobre se a generosidade do petróleo que ele espalhou pela região vai continuar.⁵⁰

⁴⁷ “Chavismo se contradice sobre a quién le toca tomar el mando”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/chavismo-se-contradice-sobre-a-quien-le-toca-tomar-el-mando>>. Acesso em 15/11/2013.

⁴⁸ “‘Governo vai apostar tudo na confrontação’, diz sociólogo”, 5/3/2013, O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/governo-vai-apostar-tudo-na-confrontacao-diz-sociologo-7753895>>. Acesso em 12/11/2013.

⁴⁹ “Líder da oposição pede unidade após morte de Chávez”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/lider-da-oposicao-pede-unidade-apos-morte-de-chavez-7752206>>. Acesso em 12/11/2013.

⁵⁰ “Morte de Chávez deixa vazio na esquerda da América Latina”, O Globo, 6/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/morte-de-chavez-deixa-vazio-na-esquerda-da-america-latina-7754573>>. Acesso em 12/11/2013.

Por fim, há o grupo temático que foi chamado de “propaganda negativa”, que em El Universal foi composto por cinco matérias, que exploram, em linhas gerais, a escassez e a inflação, o controle estatal marcou o governo de Chávez, a ideologia como sustentáculo de seu governo – que o fez se aproximar do Irã e da China, por exemplo, com o objetivo vinculado ao “anti-norte-americanismo” -, e ao próprio presidente como um mito que se forjou ao longo de sua trajetória. É neste grupo que aparece, ainda que mais veladamente se comparado a O Globo, a análise interpretação políticas no jornal venezuelano, conforme mostra o trecho abaixo.

En esa primera alocución esbozó lo que sería su plan para superar las dificultades económicas. Acabar con el modelo rentista, invertir e impulsar la producción, fueron parte de esa agenda de trabajo, pero a lo largo de 14 años la gestión se tradujo en un desmontaje del aparato productivo, la aplicación de controles y subsidios, una mayor dependencia de los ingresos petroleros y el avance hacia un modelo socialista.⁵¹

Nas 9 matérias que forneceu a este grupo temático, O Globo foi, mais uma vez, explícito em seu posicionamento. Entre as matérias, duas dedicadas à reprodução de frases ditas por Chávez, outras referiam-se a Chávez como um líder que calava vozes divergentes – perseguindo jornais e TVs -, que havia se autoproclamado sucessor de Bolívar, cuja doença foi cercada de silêncio e mistério, que deixou uma herança econômica negativa para a Venezuela. Outra ainda criticava mais uma vez o fato de o dinheiro do petróleo ter sido empregado em programas assistencialistas do seu governo. No dia anterior o jornal havia publicado uma matéria que lembrava que a PDVSA havia patrocinado, em 2006, o desfile da escola de samba brasileira vitoriosa Vila Isabel, na qual houve um carro dedicado a Simón Bolívar, segundo o jornal, “uma ação de marketing”⁵² obra do próprio Hugo Chávez. Não se está discutindo se diz ou não a verdade, no entanto, a presença de uma matéria desse tipo – que é antiga, não sendo sua função primeira informar, mas sim, retomar um evento – no dia da morte de Chávez, em

⁵¹ “Control estatal marcó la economía”, El Universal, 6/3/2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130306/control-estatal-marco-la-economia>>. Acesso em 13/11/2013.

⁵² “Quando Simón Bolívar caiu na folia”, O Globo, 5/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/quando-simon-bolivar-caiu-na-folia-7751548>>. Acesso em 15/11/2013.

um contexto em que o jornal vinha ressaltando que não concordava com como o dinheiro advindo do petróleo era gasto, não deixa de ser uma estratégia de deslegitimação.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa com as matérias dos jornais El Universal e O Globo, quando comparada, aponta para algumas semelhanças. A primeira e a mais evidente é o posicionamento dos dois editoriais, como já se esperava, contrários à Chávez ou favoráveis a um outro futuro, com outras lideranças políticas e outros rumos. Como já foi dito e deve ser reforçado, essa semelhança não surpreende e notá-la deve-se mais a um esforço de observação e descritivo do que a uma meta deste trabalho.

Dentro da estratégia metodológica empregada, a partir da criação de grupos temáticos – que foram um esforço de análise e nunca uma estrutura “natural” –, as cinco categorias são preenchidas em ambos os casos. Sendo assim, uma das formas de entender como os dois jornais reportam e categorizam o assunto é a partir de cinco eixos temáticos centrais: morte, luto interno, manifestações estrangeira, propaganda negativa e futuro. Ao redor desses grupos gira a totalidade das matérias publicadas nesse jornais nos dias 5 e 6 de março de 2013.

Nos dois jornais a categoria que reuniu mais matérias foi “manifestações estrangeiras” – ou seja, matérias que consideravam o olhar estrangeiro sobre o personagem Chávez mais relevante do que o fato do falecimento do chefe de Estado –, o que provavelmente se motivou pelas particularidades da política externa de Chávez em relação a governantes venezuelanos anteriores – o esforço e integração regional e as alianças estabelecidas com países considerados polêmicos pelas democracias ocidentais, como Irã, Síria e China – e se traduziu em um olhar de desconfiança e reprovação. Neste ponto, retomando discussões dos dois primeiros capítulos deste trabalho, faz sentido questionar a relevância do olhar estrangeiro sobre o país latino-americano que, como os outros países dessa parte do continente, foi historicamente definido pelo que “vinha de fora”, pelas suas faltas e pelo que não era em relação às democracias centrais.

Como dois grandes jornais de oposição ao governo chavista, não é surpreendente – embora não fosse desejável, por uma questão de pluralidade – que seu enquadramento seja muito parecido. Isso pode ou não indicar um alinhamento editorial, uma vez que comportamento semelhante se verifica também em outros países nas relações entre a imprensa e chefes de Estado.

Por outro lado, a análise em perspectiva do El Universal e d'O Globo também indica diferenças. Além do jornal brasileiro apresentar um fluxo surpreendentemente maior, com quase o dobro do número de matérias, o tamanho dos textos também é consideravelmente maior, o que é digno de nota se presumirmos que o falecimento do presidente venezuelano deveria ser um tema mais relevante na Venezuela do que no Brasil.

Outro ponto que deve ser citado é que o jornalista de O Globo se mostra mais presente nas matérias do que o de El Universal, uma vez que o tom e o posicionamento são muito mais evidentes no primeiro jornal. Essa característica tem sido historicamente presente em O Globo na forma como reporta a política. Quanto a El Universal, pela ausência de um número consistente de pesquisas sobre o seu comportamento com relação a eventos anteriores – seja pela escassez desses trabalhos ou pela falta de tempo e espaço previstos na realização de uma monografia – não se pode afirmar se a linguagem do periódico sempre foi mais cuidadosa e prática, mantendo distância entre o que era um editorial e o que era uma reportagem - ou se houve alguma mudança nesse comportamento. Ainda que um palpite possível seja o de que, tendo perdido credibilidade após a tentativa de golpe de 2002 e tendo ficado estigmatizado por isso, tenha alterado de alguma forma o seu tom combativo. O que a pesquisa com esse material indica, contudo, é que O Globo combateu com mais avidez o chavismo, mesmo fora dos editoriais, do que El Universal, deixando emergir, então, o papel que o jornalista se atribui de posicionamento/combate político.

El Universal demonstrou um esforço mais claro em abrir espaço para opiniões também favoráveis a Chávez, expondo com frequência os “dois” lados da contenda, o que não aconteceu em O Globo. Já o petróleo, embora tenha sido um tema presente em ambas as coberturas, foi mais destacado pelo jornal brasileiro.

Aparece, portanto, como uma perspectiva que diferencia as duas coberturas o olhar para fora e o olhar para dentro. O Globo estava mais preocupado com um olhar claramente externo e menos com a exploração dos desdobramentos do evento na própria Venezuela, com foco nas manifestações estrangeiras, no petróleo, emitindo interpretações com frequência. Já El Universal fez o papel de um observador mais cuidadoso, afinal, o próprio veículo teria que lidar diretamente, em seguida, com um jogo político instável cujo resultado ainda não se sabia qual seria. E posicionar-se novamente, como ocorreu em 2002, encontrando na sequência um desfecho desfavorável poderia impactar a credibilidade do jornal novamente. Embora, como já

foi dito, para analisar o posicionamento desse jornal com mais profundidade a partir do acontecimento da morte de Chávez continue fazendo falta a bibliografia anterior inexistente ou inacessível sobre o jornalismo na Venezuela.

Os dois jornais devem ser considerados a partir, não apenas da conjuntura internacional, mas também dos contextos políticos em que os dois países vivem. Isso faz com que o mesmo fenômeno - o antichavismo - assumam significados específicos em cada um dos periódicos. Enquanto na Venezuela o jornal se opõe, obviamente, a Chávez e ao modelo econômico e político que desenvolve, no caso do Brasil, a grosso modo, é possível dizer que se refere a uma luta contra o Partido dos Trabalhadores e os governos Lula (especialmente) e Dilma Rousseff.

Investigar a história da Venezuela é uma etapa importante que tem sido negligenciada pelos estudos que consideram o quadro contemporâneo do país. Não é inocentemente que não se discute que muitos dos problemas atuais que o atingem tem raízes históricas. Também não é a toa que questões econômicas onipresentes se sobreponham a análises sobre as composições sociais e de classe e as mudanças que ocorreram nesse campo e que não têm sido objetos de esforços visíveis. Não se trata de defender Chávez e o chavismo, trata-se, por exemplo, de não considerar apenas a economia (nos moldes ocidentais e capitalistas) como o maior fator de sucesso da democracia, trata-se de sofisticar as análises, de expandir as discussões e o conhecimento e de recusar uma visão única e simples.

Trata-se, mais amplamente, de permitir à Venezuela e a outros países da América Latina se livrarem do espectro do pessimismo e da falta, baseado num discurso único que os tachou, de fora para dentro, considerando, a partir de então, que pode haver outras maneiras de desenvolvimento (econômico, político, social, regional) diferentes daquelas que sempre se acreditou que se deveria seguir.

6. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Afonso. Media/politics connections: beyond political parallelism. *Media, Culture and Society*, v. 35, n. 6, pp. 742-758, 2013.

_____. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. *Contracampo*, v. 4, pp. 23-57, 2000.

ARDITI, Benjamin. Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? *Latin American Research Review*, v. 43, n. 3, pp. 59-81, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.45, n.2, pp. 135-146, 2002.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. *Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los médios en la América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

_____; _____. *Periodistas y magnates: estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros: Instituto Prensa y Sociedad, 2006.

BLUMLER, Jay; GUREVITCH, Michael. "Towards a comparative framework for political communication research". In Blumler and Gurevitch (eds.). *The crisis of public communication*.

BRICEÑO, Javier. Hugo Chávez y los medios de comunicación: la guerra "hiperreal" venezolana. *Historia y Comunicación Social*, n. 8, 2003, pp. 21-34.

CAMERON, Maxwell. Latin America's Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v. 30, n. 2, pp. 331-348, 2009.

CAÑIZALEZ, Andrés. Ley Mordaza en Venezuela. *Revista Latinoamericana de Comunicación Chasqui*, n. 83, 2003, pp. 60-67.

CAÑIZALEZ, Andrés. Meses de conflictividad en el 2002. *Revista Comunicación – Estudios venezolanos de comunicación*, n. 119, 2002, pp. 16-20.

CASTAÑEDA, Jorge. The Latin America's left turn. *Foreign Affairs*, n.85, p. 28-43, 2006.

CORRÊA, Maria Leticia. Notas sobre a formação do estado capitalista no Brasil: nacionalização e especialização (1930-1964). *História Revista*, Goiânia, v.13, n.1, jan.-jun, 2008, p. 21-44.

FERREIRA, Jorge (Org.). Introdução. In *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 7-16.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. (Arquivos Celso Furtado).

GOLINGER, Eva. *The Chávez Code: cracking US intervention in Venezuela*. Northampton: Olive Branch Press, 2006.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 17-57.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems beyond the western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HILLMAN, Richard S.; D'AGOSTINO, Thomas J. Partidos políticos, opinião pública e o futuro da democracia na Venezuela. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VI, n. 1, pp. 55-75, 2000.

KARL, Terry Lynn. Petroleum and political pacts: the transition to democracy in Venezuela. *Latin American Research Review*, vol. 22, n. 1, pp. 63-94, 1987.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires, n. 22, pp. 65-86, septiembre 2007.

LUGO-OCANDO, Jairo. An introduction to the Maquillas of power: media and political transition in Latin America. In *The media in Latin America*. Berkshire: Open University Press, 2008.

_____; GUEDES, Olga; CAÑIZALES, Andrés. Framing revolution and reframing counter-revolution, *Journalism Practice*, v.5, n.5, p. 199-612, 2011.

_____; ROMERO, Juan. From friends to foes: Venezuela's media goes from consensual space to confrontational actor. *Revista Sincronía*, v. 4, n. 2, 2003.

_____. _____. From friends to foes: Venezuela's media goes from consensual space to confrontational actor, *Revista Sincronía*, v.4, n.2, 2003.

LUPIEN, Pascal. The media in Venezuela and Bolivia: Attacking the "bad left" from below. *Latin American Perspectives*, v. 40, n. 3, 2013, pp. 226-246.

MANZELLA, Joseph C.; YACHER, Leon I. News and myth in Venezuela: the press and the Chávez revolution. In BIRD, Elizabeth (ed.). *The Anthropology of News and Journalism: global perspectives*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

MAYA, Margarita López. The Venezuelan Caracazo of 1989: popular protest and institutional weakness. *Journal of Latin American Studies*, n. 35, pp. 117-137, 2003.

MELLO, José Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Gláucia da Silva. A construção subliminar do "atraso" no noticiário de El Universal sobre a reforma constitucional venezuelana de 2007. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2011, pp. 111-126.

_____. A legislação de radiodifusão no Brasil e na Venezuela e o vencimento das concessões de Globo e RCTV. *Revista Brasileira de Políticas de Comunicação*, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.rbpc.lapcom.unb.br/index.php/revista/article/view/19/18>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

MORSE, Richard. The strange career of "Latin American Studies". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 356, pp. 106-112, nov. 1964. (The Non-Western World in Higher Education).

O'DONNELL, Guillermo. Delegative democracy. *Journal of Democracy*, v.5, n.1, 1994.

"Pacto de 'Punto Fijo'". *Revista de Artes y Humanidades UNICA*, vol. 6, n. 13, pp. 237-246, mayo-agosto 2005.

- PORTO, Mauro. *Media power and democratization in Brazil: TV Globo and the dilemmas of political accountability*. New York, London: Routledge, 2012.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- RANGEL, Eleazar Díaz. El poder de los medios: un recorrido a saltos por sus relaciones con el poder político. *Quórum Académico*, v. 1, n. 1, 2004, pp. 110-123.
- SCHAMIS, Hector. A 'left-turn' in Latin America? Populism, socialism and democratic institutions. *Journal of Democracy*, v.17, n.4, p. 21-34, 2006.
- SCHENDEL, Willem van. Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.20, p.647-668, 2002.
- SELIGSON, Mitchell. The rise of populism and the left in Latin America. *Journal of Democracy*, v.18, n.3, p. 81-95, 2007.
- SIEBERT, Fred; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. *Four theories of the press*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- SIMIONI, Mônica. *Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002*. Dissertação de mestrado (mestrado em ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 184 p.
- SLOCUM, Karla; THOMAS, Deborah. Rethinking global and area studies: insights from Caribbeanist anthropology. *American Anthropologist*, 105 (3), p. 553-565, 2003.
- SOTO, Tatiana Hernández. *Cibermedios latino-americanos*. Palibrio, 2012.
- WAISBORD, Silvio. Democracy, journalism and Latin American populism. *Journalism, Journalism*, v. 14, n. 4, pp. 504-521, 2005.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In FURTADO, Celso (org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.